

---

## A articulação da fé e o compromisso social: discernimento da prática pastoral.

*J. B. Libanio, SJ  
Belo Horizonte*

### INTRODUÇÃO

Há um problema que sempre atormenta o cristão, em qualquer situação histórica em que ele se encontre. Qual é o projeto de Deus sobre sua vida, sobre a história dos homens? A teologia tem forjado abundante terminologia para traduzir essa questão fundamental. Ora prefere falar de modo mais tradicional de Vontade de Deus. Aliás o cristão recita infinitas vezes a oração em que pede a realização dessa Vontade assim na terra como no céu (1). Em outros textos, fala-se de Desígnios de Deus, de Projeto, de Plano Divino, de História da Salvação, de Vocação (2).

No fundo, estamos diante de uma constante teológica que sempre reaparece em diferentes contextos, com diversos enfoques, mas que reflete uma dupla certeza. Há um sentido transcendente na história, existe uma real vontade de Deus de um lado, e, doutro, o homem não pode ficar indiferente a essa realidade. Essa experiência básica está na raiz do "Discernimento" (3) Deus pode manifestar-se através de realidades humanas, históricas, de mundo e o homem pode discernir essas manifestações. E essa realidade não é sem relevância para ele. Não se trata de mero exercício de piedade de alguma escola de espiritualidade. Algo absolutamente facultativo ou mesmo de esmero espiritual. Estamos diante de estrutura fundamental do cristia-

- (1) J. Jeremias, *Das Vater Unser: im lichte der neun Forschung*, Stuttgart 1962.
- (2) L. Boff, *Destino do homem e do mundo*, CRB, Rio de Janeiro, 1972; G. Segalla, *Volontà di Dio e dell'uomo in Giovanni (Vangelo e Lettere)*, Paideia, Brescia 1984, com ampla bibliografia.
- (3) J. B. Libânio, *Discernimento Espiritual. Reflexões teológico-espirituais*, Ed. Loyola, São Paulo 1977; J. B. Libânio, *Discernimento e Política*, Ed. Vozes, Petrópolis 1977; P. Penning de Vries, *Discernimento. Dinâmica existencial de la doctrina y del Espíritu de San Ignacio de Loyola*, trad. esp., Mensajero, Bilbao 1967.

---

nismo, da Revelação de Deus, que se faz na e pela história (4).

Se estamos diante de uma realidade interna à estrutura da existência cristã, certamente ela sempre existiu, ainda que sob formas diferentes. Podemos percorrer os textos bíblicos e outros, que constituem a longa experiência codificada da Tradição da Igreja, e ver aí a busca constante dos sinais da Vontade de Deus em relação ao homem e seus imperativos ético-religiosos. É uma contínua passagem do "indicativo de Deus", que se revela, que se expõe ao homem nos acontecimentos, para o "imperativo" de suas exigências para dentro da vida do homem (5). A história da Revelação é a história do diálogo do homem com Deus, em que Este se manifesta de muitas maneiras e de modo definitivo e único em Jesus Cristo (Heb. 1.1-4) e aquele responde a essa revelação. É o jogo da pro-posta de Deus e da res-posta do homem.

A temática do Discernimento situa-se precisamente dentro desse jogo. Ela é uma reflexão sobre a Estrutura da Revelação, não em sua intrinsecidade abstrata e universal, mas enquanto está sendo captada em dado momento com suas exigências concretas de decisão, de resposta. Isso significa que essa temática reflete bem de perto as mudanças estruturais e mesmo conjunturais da percepção eclesial da relação entre a Revelação de Deus e as realidades terrestres. Toda vez que estamos diante de um problema de percepção, ie. de consciência, entra em questão uma prática correspondente. Assim ao analisar as mudanças de consciência, nosso olhar deve tentar descobrir também as novas práticas que surgem, das quais a consciência é expressão, inteligência.

A preocupação por essa temática não é privilégio de nenhuma espiritualidade ou teologia concreta, de determinado lugar ou tempo. Entretanto, a maneira como é enfocada e os aspectos, que emergem como relevantes, vêm conotar a problemática de determinada situação eclesial.

Interessa-nos nessa reflexão destacar os deslocamentos que essa temática tem sofrido no contexto da Igreja da América Latina e as razões explicativas de tal fato. Em outras palavras, vamos buscar a **compreensão** das diversas estruturas de discernimentos que vivemos nas últimas décadas na Igreja da A. Latina, nos seus elementos constitutivos. Os dois elementos estruturais do discernimento são a "vontade

(4) O. Cullmann, *Heil als Geschichte. Heilsgeschichtliche Existenz im N. Testament*, Tübingen 1965; R. Latourelle, *Teologia da Revelação*, trad. bras., São Paulo 1972.

(5) J. Blank, *Indikativ und Imperativ in der paulinischen Ethik*, em: *Schriftauslegung in Theorie und Praxis*, München 1969, pp. 144-157.

---

de Deus" e a realidade "natural" que a revela. Ou melhor, o discernimento é a articulação entre um Dado Transcendente — Vontade de Deus — e uma realidade criada, de modo que esta seja mediação daquele. O momento da compreensão é captar essa articulação nela mesma, na sua estrutura significativa. Busca-se a inteligibilidade de determinada articulação concreta, que de fato se impõe no contexto da Igreja, entre a Vontade de Deus e a realidade humana, que a manifesta. Como são possíveis diversas articulações, conforme a consciência e prática dos cristãos em dado momento e lugar, assim o esforço de compreensão se orienta à captação exata do significado, da inteligibilidade da articulação em questão.

Essas diferentes articulações não são arbitrárias, aleatórias, caóticas. Deixam-se iluminar por condições sócio-culturais, por situações eclesiais. Esse é o esforço da **explicação** (6). Busca-se com ela, traçar os contornos sócio-eclesiais de determinada prática — de discernimento. As estruturas, que envolvem, englobam determinada realidade, servem-lhe de explicação. A compreensão dessas estruturas englobantes é a explicação da estrutura englobada. Assim a explicação de determinada maneira de fazer o discernimento será a compreensão das estruturas espirituais, eclesiais, sociais, dentro das quais o discernimento se processa.

Conjugando a compreensão com a explicação numa relação dialética poderemos iluminar melhor a realidade do discernimento. Pois ela será significativa através da inteligência de seus elementos constitutivos e esses, por sua vez, encontrarão explicação, razão de ser assim, no contexto mais amplo envolvente. Na escolha dos elementos constitutivos de uma realidade e nas estruturas englobantes tem-se certa margem de arbitrariedade. Entretanto, a análise será tanto mais correta quanto melhor for essa escolha. E essa se deixa nortear pelo fato de que os elementos escolhidos sejam aqueles que estejam presentes na estrutura em questão nos diferentes momentos e que dão razão cabal da realidade. Percebe-se nesse caso que os elementos empíricos deixados de lado não têm a mesma força significativa. O mesmo vale para a escolha das estruturas explicativas.

### **As três estruturas de Discernimento**

Toda reflexão pode recuar no tempo e sempre encontrará raízes explicativas do fenômeno em questão. Esses recuos não são arbi-

( 6 ) As categorias de "compreensão" e "explicação" são entendidas no sentido de L. Goldmann, *Marxisme et Sciences Humaines*, col. Idées 228, Gallimard, Paris 1969.

---

trários. Antes podem tornar-se necessários, para uma explicação mais completa e cabal. Entretanto, vamos restringir-nos à problemática do Discernimento no contexto de nossa Igreja da A. Latina no espaço das últimas duas décadas. Qualquer recuo explicativo, será o mais breve e conciso possível, a fim de concentrar nossa atenção sobre o presente momento.

Nesse curto período assistimos ao surgimento de três estruturas diferentes de Discernimento. Existem entre elas, seja uma simultaneidade como uma sucessão. A sucessão vem significar que à primeira estrutura seguiram-se no tempo outras duas sucessivamente. A simultaneidade explicita que o aparecimento da segunda e da terceira não implica no desaparecimento da anterior, de modo que podem coexistir na mesma Igreja e em parte na mesma pessoa. Pode-se falar de uma superação dialética e não temporal-espacial. Em outras palavras, cada estrutura nova significa em termos de compreensão, de significação uma superação da anterior. Dado novo de consciência impõe uma reestruturação da anterior, ou se se quiser, processa-se uma de-estruturação da estrutura anterior e construção de nova. É um processo que pede inteligibilidade interna. Eclode nova inteligência de dentro de velha estrutura, desfazendo-a, superando-a. Entretanto, esse processo não é tão completo que venha realizar tal façanha em todas as pessoas. Continuarão outras, vivendo a estrutura anterior. Nem ele é tão auto-transparente e explícito que destrua no próprio sujeito todo resquício de compreensão da estrutura anterior. Ou pelo menos, nas conseqüências e exigências da nova estrutura não se chega necessariamente tão longe, como ela o pediria.

Interessa-nos sobretudo o contexto da Igreja no nosso Continente. Com isso, não se quer negar nem minimizar as influências que vêm das Igrejas de outros continentes. Evidentemente a nossa Igreja não pode ser entendida fora do grande fluxo renovador, que se fez sentir em todas as partes. Contudo, cada região o viverá com suas características próprias. Mais. Não se trata no nosso caso de um simples colorido tropical dado a construções estrangeiras. Vamos assistir à verdadeira inflexão de uma caminhada, à ruptura de uma trajetória. A algo de novo, de diferente vamos presenciar no deslocar-se das estruturas de Discernimento. A aceleração, o impulso vieram do dinamismo, que os movimentos das Igrejas centro-européias souberam dar ao Concílio Vaticano II. Nesse movimento engataram-se as locomotivas do IIIº mundo, modificando assim o itinerário da viagem (7).

( 7 ) J. Comblin, *La iglesia latinoamericana desde el Vaticano II*, em: *Contacto* 15 (1976, feb) n. 1, pp. 9-21.

---

A nossa situação reflete precisamente esses dois momentos. Um primeiro de inserir-se no movimento da Igreja mundial, sobretudo centro-européia, absorvendo seu dinamismo, sua vitalidade. A Igreja da A. Latina antes do Vaticano II parecia um sólido pesado na sua inércia, que apenas era capaz de por-se no movimento rotineiro, repetitivo e dependente da força motriz de fora. Pelo processo desencadeado pelo Concílio, esse corpo entrou em movimento célere, independizando-se da fonte de energia externa e assumindo novos traços, originais e transformando-se em fonte para outros. De uma Igreja-reflexo passou a ser uma Igreja-fonte(8).

Esta passagem da inércia para o movimento, do movimento produzido para o movimento auto-gerado e gerador vai refletir dentro da problemática do Discernimento. Falamos de **três estruturas de Discernimento**. Uma primeira vai espelhar o estágio da inércia, da situação tradicional de conservação, de Igreja-reflexo, de dependência de outros centros decisórios no nível eclesial. A segunda traduz precisamente a situação de aceleração acionada pelo Concílio Vaticano II. E a terceira, por sua vez, situa-se já no momento criativo de uma Igreja, que descobre sua identidade, originalidade, vigor.

Cada modelo de Discernimento deve ser compreendido na sua estrutura e explicado dentro do contexto eclesial. Não se trata nessa análise de determinar o alcance estatístico da vigência de uma estrutura ou outra. Nem se deve fazer uma comparação numérica entre elas. Interessa sobretudo o aspecto significativo das novas estruturas que vão surgindo, mesmo quando elas signifiquem na realidade a experiência de pequenas parcelas de Igreja(9). São, porém, porções da Igreja de relevância. E transformam-se, na feliz expressão de D. Helder, em "minorias abraâmicas" que esperam contra toda esperança o caminhar da Igreja nessa direção.

A fim, pois, de evitar que se transforme num discurso triunfalista o que quer ser simplesmente uma conscientização de uma prática que começa emergir na nossa Igreja, devemos precaver-nos de generalizações, de estender a setores mais vastos, o que acontece em minorias lúcidas. Nem se trata tão pouco de opor-se maniqueamente a prática dos "puros", dos "cátaros" à do resto da plebe. Todo confronto de estruturas que reflete o dualismo bom-mau termina por produzir efeitos desastrosos em ambos os lados, além de ser uma lei-

(8) Expressão muito repetida, que fora usada por: H. Cl. de Lima Vaz, Igreja-reflexo vs. Igreja-fonte, em: Cadernos Brasileiros 46 (1968) pp. 17-22.

(9) L. Alberto Gomes de Souza, Puebla e as práticas populares na América Latina, em: Encontros com a Civilização Brasileira, nº 9, março 1979.

---

tura equivocada da história.

Novas estruturas de Discernimento surgem à medida em que novas práticas aparecem em constante tensão dialética com as anteriores, numa tentativa de superar-lhes os limites, conservando-lhes a positividade. E nesse movimento, muita vez, se esquece que a síntese só se torna fecunda na medida em que assume a riqueza anterior e em que o novo elemento e fator não termine por destruir seu polo antitético, perdendo-se na esterilidade do rigorismo, do integrismo, do fanatismo. Ao assinalar a originalidade de cada estrutura, afirma-se implicitamente a capacidade criativa do homem de responder de modo novo e diferente à imprevisibilidade da ação do Espírito, que "faz novas todas as coisas". (Apoc. 21,5).

## A Primeira estrutura do Discernimento

### Compreensão

Homem, ser composto de corpo e alma, vontade e inteligência, defronta-se com a objetividade da vontade de Deus. Profundamente ameaçado pela sua corporeidade concupiscente, que o faz inclinar para o prazer, para os bens sensíveis e imediatos, deve desconfiar sempre de seus desejos, apetites, inclinações naturais. Ainda que não tenha uma natureza totalmente corrupta, contudo ela está profundamente atingida pelo pecado. Esse trouxe a desordem no duplo nível: da razão contra Deus e da sensibilidade contra a razão.

Na natureza vulnerada, o ponto sensível e sobremaneira perigoso, que atormenta de modo especial o homem, é a esfera da sexualidade. Por isso, requer-se atenção especial para esse setor no discernimento. Há profunda desconfiança diante dessa força humana, que perturba a limpidez da razão. E esta, por sua vez, atacada pelo vírus do orgulho, prejudica a visão da fé. A prática do Discernimento é esforço ascético de re-estabelecer a dupla ordem: da fé e da razão. A primeira significa o primado da fé sobre a razão. A segunda se implanta pelo império da razão sobre a sensibilidade, especialmente sobre a sexualidade (10).

A essa antropologia correspondia objetivamente uma teologia. A vontade de Deus já está expressa nos Mandamentos de Deus e da Igreja de modo grave e em outros preceitos de modo leve. Trata-se, pois, de um Projeto já codificado. Toca ao homem submeter-se a ele.

(10) H. Cl. de Lima Vaz, *Discrição e Amor*. A propósito da "Eleição" inaciana nos Exercícios, em: VERBUM 13 (1956) pp. 459-484.

---

Na função de determinar a vontade de Deus para os cristãos, os superiores eclesiásticos desempenham papel decisivo. O Papa detém esse poder em relação a toda Igreja em geral e a todos os cristãos em particular. Suas determinações consubstanciam a vontade de Deus concreta para os cristãos católicos, no momento presente. Em nível de Igreja local temos os bispos que exprimem a vontade de Deus para seus fiéis. E assim por diante, em cada nível eclesiástico ou de Vida Religiosa, existe a instância oficial, que aparece como expressão inequívoca da vontade de Deus. A única exceção aceita refere-se a prescrições que sejam claramente pecado. Pois, nesse momento o superior carece de legitimidade e sua voz já não expressa a vontade de Deus para seu súdito.

Nesses casos a **articulação entre a mediação humana e a vontade de Deus** se fazia de modo direto, sem necessidade de outra mediação que a própria palavra do superior. Bastava a intelecção objetiva de seu conteúdo, seja expresso numa ordem verbal, seja transmitido através de leis canônicas, eclesiásticas ou de qualquer instituição aprovada pela Igreja, como legítima instância autoritativa. Esse prolongamento atingia também as instituições civis, a que os cristãos deviam obedecer como expressão da ordem social querida por Deus. Em última análise, as leis civis transformavam-se em mediações da vontade de Deus, desde que elas exprimissem uma ordem social justa. Naturalmente esse conceito de ordem social justa era bastante amplo. Em geral, media-se pela moral católica tradicional, que colocava o acento no respeito à liberdade de praticar a religião católica, a indissolubilidade do matrimônio, a condenação do aborto, a vigilância sobre os costumes, evitando imoralidades. No campo da justiça social, ainda se estava nos primórdios da reflexão moral católica. Mesmo que em alguns pontos a Doutrina Social da Igreja já tivesse feito seu caminho, no nível das exigências e do juízo sobre a legalidade e legitimidade de uma ordem social tomava-se posição assás tolerante.

Isso explica como o campo social permanecia praticamente fora do alcance do discernimento pessoal e da Igreja, exceto em casos de desrespeitos graves aos direitos da Igreja e aos princípios de sua moral. A atenção vai concentrar-se no âmbito individual principalmente. A predominância de pregações moralizantes em nível de vida pessoal formará o cristão médio na consciência de que nesse campo se jogam sua salvação e condenação. Em outras palavras, o espaço, em que o cristão exercerá o discernimento a respeito das realidades que lhe exprimem o Plano de Deus sobre sua vida, restringir-se-á a questões praticamente de moral individual, com forte acento nas práticas religiosas, nos deveres familiares e nas prescrições sobre sexo. A esfera profissional entra na medida em que se intermeia com as obri-

---

gações individuais e dificilmente penetra para dentro das obrigações sociais inerentes a ela.

Além disso, aparecem dois outros tipos de articulação entre a vontade de Deus e as realidades humanas. Todas aquelas que pertencem ao **universo do sagrado** adquirem por si mesmas, substancialmente, uma densidade manifestativa da vontade de Deus. Assim os atos de piedade, as práticas religiosas não caem normalmente sob o juízo do discernimento, já que elas carregam em si mesmas a marca ontológica da vontade de Deus. O discernimento não versará sobre sua validade objetiva, dada como indiscutível. No máximo tocará ao grau de oportunidade. Parece estabelecer-se, pois, uma articulação direta, imediata entre a vontade de Deus e essas práticas espirituais. Estabelece-se sim uma hierarquia entre elas, de modo que algumas gozam de maior força reveladora e atualizadora da vontade de Deus. Para isso, recorre-se à chancela da autoridade eclesiástica, a quem compete a tarefa de estabelecer essa hierarquização, ora apoiando-se em fontes da Tradição, ora apelando simplesmente para sua competência.

De maneira distinta efetua-se a **articulação entre realidades "naturais" e a vontade de Deus**. Aquelas não exprimem de si mesmas a vontade de Deus, pois facilmente foram contaminadas pelo "pecado original" e pela concupiscência. De dois modos articula-se esse duplo dado. Desde que se consigam perceber as realidades "naturais" dentro da ordem da criação, seguindo as leis da natureza, elas se tornam reflexo da Lei eterna, da vontade de Deus. Assim por exemplo a lei natural da conservação da vida, da integridade, da procriação vão excluir ou incluir como vontade de Deus atos que a preservam ou prejudicam. Dentro dessa perspectiva, o cristão, enquanto ser criado por Deus, é chamado a observar, guardar a lei natural, excluindo as mediações que a contrariam como lesivas da vontade de Deus(11).

Outro tipo de articulação se faz mais difícil, quando se tenta superar a simples observância da ordem criada por Deus para inserir-se no seu desígnio salvífico. A mera observância da lei natural, enquanto ordem deduzida pela razão humana, não eleva o homem ao plano sobrenatural. Faz dele simplesmente humanamente justo. Coloca-se nos umbrais de outra ordem, a que não pode aceder pela sua própria razão e vontade. Faz-se mister novo tipo de articulação. É necessário que a mediação "natural" seja assumida na fé, na motivação sobrenatural, a fim de que ela exprima a vontade salvífica de Deus.

(11) J. Fuchs, *Lex Naturae. Zur Theologie des Naturrechts*, Patmos, Düsseldorf 1955; J. Fuchs, *Existe uma Moral Cristã? Questões críticas num tempo de secularização*, Ed. Paulinas, São Paulo 1972.

---

Este tipo de articulação tornou-se o grande problema espiritual de discernimento do católico médio. Naturalmente seria ilusão e mesmo perversão blasfema, querer assumir para dentro do projeto salvífico de Deus realidades intrinsecamente más. Essas eram de antemão excluídas. O amplo universo das realidades neutras ou humanamente boas podia e devia, a fim de ter significado e valor para a Vida Eterna, ser assumido em espírito de fé. O exercício da "reta intenção", do "oferecimento do dia" ao despertar-se vinha responder a necessidade de tal articulação (12). Em alguns casos, chegou-se à obsessão de repetir ao longo do dia inúmeras fórmulas de oração, a fim de que as ações fossem integradas no desígnio de Deus, se tornassem expressão de sua vontade.

Esse universo é bastante conhecido e foi — e ainda o é — vivido durante muito tempo para que necessitemos de ulteriores explicações. Com os dados sucintamente referidos, esperamos ter conseguido compreensão suficientemente clara.

### Explicação

Somente uma sociedade relativamente estável, sem prementes exigências sobre os indivíduos, podia permitir ou mesmo engendrar tal prática de discernimento. Ela será predominante, em nosso Continente, durante esse longo período de estruturas sociais arcaicas, de uma aristocracia rural dominante, de um capitalismo incipiente, onde o indivíduo era deixado tranqüilo no seu universo religioso, freqüentemente mítico. O mundo das relações sociais não tinha chegado ainda ao ritmo acelerado das formas capitalistas desenvolvidas e permitia aos homens a tranqüilidade de preocupar-se com seu universo individual religioso. O seu horizonte dificilmente ultrapassava o limiar da família e do dever profissional pessoal.

Acostumado a uma estrutura autoritária, seja no interior da família onde imperava o domínio indiscutível do homem — pais sobre os filhos, marido sobre a mulher — como no seio da sociedade política, encontrar-se-á sem dificuldades diante de uma autoridade eclesiástica como expressão inquestionável da vontade de Deus. Como desconhece a participação tanto no interior de sua família como no mundo da política, também não saberá entender como a vontade de Deus poderia ser uma descoberta conjunta e procurada. Será sempre expressão de algo já objetivamente dado, exatamente como em sua família e sociedade.

Além do mais, para sermos concisos, este mesmo homem vive

(12) K. Rahner, *De la bonne Intention*, em: *Eléments de Théologie Spirituelle*, (col. *Christus*, n. 15), DDB, Paris 1964, pp. 99-128.

---

num clima cultural, onde as verdades, os valores, as normas são dados objetivos a serem assumidos, assimilados, acatados. As experiências de seus antepassados são codificadas e transmitidas a ele. Vive-se da tradição e dentro da tradição. Essa constitui-se num valor, numa instância autoritativa pela força mesma de ser tradição. A tarefa educativa consiste primordialmente em conservar a tradição de geração em geração, de modo que cada nova onda de jovens de internalizar aquilo que seus ancestrais viveram e transmitiram (13).

Acostumado à pedagogia do "magister dixit", não haverá nenhuma dificuldade em praticar-se um discernimento dentro desta mesma metodologia. Seria de estranhar que fosse diferente. A sua atenção detém-se de modo especial nos elementos essenciais e imutáveis das verdades e normas que recebe. É formado a fim de buscar sempre por detrás de fugacidade das coisas transitórias os valores eternos, a substância estável, a essência imutável. Esse exercício "metafísico" o prepara para um discernimento da Lei natural, da Lei eterna de Deus, da sua vontade infinita por detrás das coisas naturais, dos dados contingentes e passageiros. É simplesmente transpor do campo do conhecimento profano para o religioso a mesma estrutura de pensar.

Não é de estranhar que dentro desse universo — a explicação — e com essa estrutura de discernimento — a compreensão —, os cristãos tenham vivido isolados dos grandes problemas sociais. Mais exatamente. Viviam-nos como dados brutos sem que eles fossem trazidos à tela de seu discernimento espiritual. Não conseguiam nem analisá-los na sua estrutura secular e muito menos ler essa estrutura à luz da Revelação. Em outras palavras, o campo do discernimento ficou preso ao mundo individual, familiar e profissional pessoal, sem nenhuma conexão com o político, o social, o econômico. Esses campos eram vividos sem a interferência questionadora da fé, sem sua luz crítica, sem seus apelos de conversão (14). Assim as alianças pessoais e eclesásticas com forças de dominação não eram prejudicadas por uma crítica da fé. Corriam tranqüilas na inocente inconsciência de seu significado, alcance e conseqüências. Como toda realidade humana "natural", estas alianças podiam até mesmo ser sacralizadas, inseridas para dentro da vontade de Deus, através da "reta intenção", da "boa vontade" de seus parceiros. Conseguia-se mesmo encaminhá-las para den-

(13) J. B. Libânio, *Formação da Consciência Crítica*, 1. Subsídios filosófico-culturais, Vozes — CRB, Rio-Petrópolis 1978, pp. 33ss.

(14) J. B. Metz, *Les rapports entre l'Eglise et le monde à la lumière d'une théologie politique*, em: *La Théologie du Renouveau*, II, Col. *Cogitatio Fidei* 35, du Cerf, Paris, 1968, p. 33.

---

tro do leito caudaloso dos benefícios da Instituição eclesiástica, facilmente identificada com o Desígnio maravilhoso de Deus.

Nos albores da década de 60, essa estrutura de discernimento chegava a sua exaustão. Inúmeras suspeitas eram levantadas contra ela. Adveio-lhe a fatal crise.

## A segunda estrutura de Discernimento

### Compreensão

Vai refletir outra consciência de ser cristão na Igreja e no mundo. Se na estrutura anterior, a atitude dominante era de escuta, de obediência a uma vontade de Deus, objetivamente codificada e transmitida por vias de tradição e autoridade, agora o sujeito necessita valorizar sua própria experiência (15). Esta entra como elemento essencial e indispensável no jogo do discernimento. O homem não é somente inteligência e vontade, marcado por uma suspeita em relação ao mundo de suas experiências sensíveis e afetivas. Ele é fundamentalmente subjetividade, liberdade, consciência, experiência, vivência. Seu passado existencial não pertence simplesmente ao quadro dos empecilhos, com todas as marcas negativas, mas torna-se fator decisivo na escolha das mediações que exprimem a vontade de Deus.

A experiência torna-se categoria de conhecimento e de decisão. Isto significa que a percepção da vontade de Deus — conhecimento — passa pela mediação da experiência pessoal. Tudo que não tem relação ou agarre nessa experiência, permanece fora do campo de apreensão. Além disso, as exigências impostas por tal conhecimento — campo da decisão — também devem responder ao horizonte da experiência.

Dentro desse horizonte antropológico, a vontade de Deus já não mais aparece como algo anterior codificado e simplesmente transmitido autoritativamente nos mandamentos, preceitos, normas. Prefere-se falar de "Desígnio de Deus" que se manifesta e revela na história. Não é algo já terminado, mas em contínuo devir para a consciência humana. Ela só tem acesso ao Plano de Deus de dentro de sua historicidade e interpretando os acontecimentos. Esses começam a ser o grande revelador de Deus.

Num primeiro momento, essa estrutura continua ainda presa praticamente ao mundo do indivíduo. Difere da anterior ao colocar

(15) E. H. Schillebeeckx, *Interpretación de la fe. Aportaciones a una teología hermenéutica y crítica*, Sigueme, Salamanca 1973.

---

sua preocupação no aspecto pessoal, experiencial do indivíduo. Liberta-o do peso de ter de seguir uma vontade de Deus imposta, pesada, às vezes, e contra toda sua experiência, sensibilidade, afetividade. Compreende que esse Projeto de Deus resulta do jogo bi-lateral de elementos objetivos que traduzem através das Escrituras e outros escritos da Tradição da Igreja apelos de Deus e do seu mundo pessoal de experiências, possibilidades, capacidades. Em outras palavras, não se pode encontrar a vontade de Deus sem que ela seja lida no contexto do histórico existencial da pessoa (16).

Nessa nova articulação, o papel da autoridade modifica-se. Deixa de ser o intérprete inapelável da vontade de Deus, para tornar-se um participante do discernimento. Não se exclui que tenha uma participação específica, original, devida a sua função de superior. Contudo, ela não pode prescindir dos dados que o histórico existencial das pessoas traz. Essa nova articulação caracteriza-se, pois, pela estrutura dialogal (17). E todo diálogo implica na necessidade de levar em consideração ambos os lados e não permite decisão que venha somente de um dos interlocutores.

**Num segundo momento**, a articulação entre a vontade de Deus e as mediações humanas encontra no diálogo comunitário lugar privilegiado. Reaviva-se o discernimento comunitário (18) e vive-se com pujança a clássica tríade pedagógica da Ação Católica: ver — julgar — agir (19). Ela será a grande mestra do discernimento grupal. Jovens engajados em diversas atividades apostólicas aprenderão pouco a pouco a colocar diante de seus companheiros sua pequena prática, julgá-la à luz do Evangelho para retomá-la numa nova ação. É precisamente a estrutura do discernimento, que assume como importante a experi-

(16) J. Laplace, *Une expérience de la vie dans l'Esprit. Dix Jours dans la tradition des Exercices*, Chalet 1973.

(17) M. Taggi, *Dialogo* (col. *Presenza: quaderni di Spiritualità*, 1) Roma 1971; *El diálogo en el interior de la Iglesia*. Simposio organizado por El Consejo de los Laicos, nº especial: *Los Laicos hoy 9/10 (1971)* Tip. Vaticana Roma.

(18) J. Bots, *Le discernement communautaire des esprits. Processus de formation d'une communauté chrétienne*, em *Recherches ignatiennes. Communications III — 73/3*, ad instar manuscripti; *Centrum Ignatianum Spiritualitatis. Dossier: Deliberatio Communitaria*, Roma: tem diversos trabalhos sobre tal tema.

(19) Cl. Perani, *A revisão de vida. Instrumento de Evangelização à luz do Vaticano II*, Ed. Loyola, São Paulo 1974; J. Boran, *O Senso crítico e o método ver julgar agir para pequenos grupos de base*, Ed. Loyola, São Paulo, 1977.

---

ência de prática dos indivíduos e grupos, para confrontá-la com a objetividade revelada da Palavra de Deus e daí relançar-se à nova prática.

Esse tipo de articulação já ultrapassava o simples âmbito do pessoal, para entrar no campo social. Contudo, ainda se restringia ao meio "profissional" sem maiores incursões nas estruturas da sociedade. Já se estava aproximando de uma nova ruptura. O "ver" permanecia fundamentalmente no descritivo da atividade apostólica. O papel decisivo cabia ao julgar da Palavra de Deus, para daí voltar-se à ação. Ainda era uma articulação direta, quase imediata entre a realidade e o julgamento da Palavra de Deus.

Esse momento era vivido, pois, ora mais voltado para o interior da comunidade — o caso de muitas pequenas comunidades religiosas, ora mais voltado para a ação apostólica — o caso da Ação Católica. Nos dois casos, porém, não se chegava a uma análise séria, estrutural, secular, seja da realidade social em que se vivia, como da própria prática em discernimento.

**Dois dados teológicos** explicavam a validade dessa articulação da experiência pessoal ou da prática grupal com a vontade de Deus. Um se expressava por **nova compreensão da Transcendência** (20). Essa não se opunha, antes se manifestava na imanência do coração humano. Na expressão de P. Tillich tornada clássica, Deus é o "fundo de nosso ser", o "cerne do homem", o nosso "último ponto de referência" (21). Daí que se podem ler através da própria experiência manifestações da presença de Deus. **Outro dado teológico**, que fora de certo modo reatualizado e divulgado por João XXIII, concerne aos "**sinais dos tempos**" (22). Expressão extremamente ambígua, mas que se tornou linguagem eclesiástica muito aceita nos últimos tempos (23). E no fundo, ela traduz verdadeira intuição teológica de que acontecimentos históricos, realidades de mundo, são indicadores da História de Deus. Permite tal dado teológico a articulação entre realidades humanas, históricas e a grande História da Salvação. Mesmo que tal articulação até então se tenha feito de modo rápido, pouco coerente, e

(20) R. Mehl, *La crise actuelle de la Théologie*, em: *Études Théologiques* 45 (1970, 4) pp. 355-366.

(21) Expressões de P. Tillich, que são citadas por: J. A. T. Robinson, *Honest to God* SCM Press, London 1963, pp 45ss.

(22) Cl. Boff, *Sinais dos tempos. Princípios de Leitura*, Ed. Loyola, São Paulo, 1979.

(23) H. Cl. de Lima Vaz, *Sinais dos Tempos — Lugar teológico ou lugar comum?* em: *REB* 32 (1972) pp. 101-124; P. Valadier, *Signes du temps, signes de Dieu?* *Etudes* 1971 (aoû-sep) 261-279.

---

sobretudo se tenha saltado freqüentemente a análise rigorosa do evento humano, social, político, histórico, já se abria valiosa via para a caminhada da Igreja e se preparava a terceira estrutura de discernimento. Essa segunda estrutura de Discernimento insere a Igreja muito mais nas realidades do mundo de hoje. Não foi em vão que o Concílio Vaticano II terminou sua reflexão com a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, a saber, sobre a Igreja no mundo deste tempo, no mundo "atual" (24).

A segunda estrutura de Discernimento supõe, pois, uma descoberta do valor secular das realidades terrestres, sua autonomia, seu valor (25). Em relação à anterior, não considera a nossa realidade humana, como algo neutro, que pode ser assumido a um plano sobrenatural. Supera o dualismo natural-sobrenatural, pela inserção de toda a realidade humana no projeto salvífico de Deus, na grande História de Deus, de modo que essa se apresenta como resposta ou negação desse projeto, como graça ou pecado (26). O discernimento não consistirá, pois, num assumir através de "reta intenção" estruturas humanas neutras, mas em analisar à luz da Palavra de Deus, depois de captar-lhes o significado secular de sua realidade, como elas se inserem no projeto de Deus.

A uma visão "natural" das coisas sucede-se uma histórica. Isso significa que o decisivo não é a fisicidade da realidade, mas sua presença na teia das relações humanas. A qualidade dessa presença será decisiva para o discernimento. A criança quando vê a visita com o presente, fixa-se no presente, para ver se ele responde ou não a suas expectativas, desejos. O homem adulto, pelo contrário, vê no presente a mediação de uma relação pessoal de amizade, de afeto, que estabelece com o doador. Assim essa segunda estrutura do discernimento orienta sua atenção, não para a materialidade do presente, mas para a relação social que ele instaura entre as pessoas. Exprime a "idade

(24) *L'Eglise dans le monde de ce temps*. Const. Pastorale *Gaudium et Spes*. II. Commentaires. Col. *Unam Sanctam* 65b, du Cerf, Paris 1967.

(25) G. Thils, *Théologie des Réalités Terrestres*, Vol. I et II, DDB, Louvain 1946, 1949.

(26) L. Boff, *A Graça Libertadora no mundo*, Vozes-Multinova, Petrópolis-Lisboa, 1976, pp. 57ss; H. de Lubac, *Le mystère du surnaturel*, Paris 1956; J. L. Segundo, *Gracia y condición humana*, B. Aires-México 1969.

---

adulta" do cristão (27).

### Explicação

Podemos encontrar a explicação dessa segunda estrutura na nova situação social e eclesial, que se define de modo mais claro na década de 60.

A partir da década de 50, o nosso país entra numa fase de aceleração do processo de modernização da Sociedade e de desenvolvimento das forças produtivas. As formas capitalistas de produção assumem novo vigor com uma programação mais racional de metas nacionais. O capital estrangeiro entra em maior abundância através de investimentos e sobretudo com a presença sempre crescente das transnacionais. Na década de 60 o processo ainda se acentua. Faz-se mister um novo homem para responder a essa sociedade moderna, capitalista. Será um homem empreendedor, corajoso, cheio de capacidade de decisão. Assume com coragem as transformações das estruturas econômicas e políticas arcaicas, ainda ligadas seja ao mundo rural tradicional ou a formas capitalistas incipientes. Naturalmente esse homem que é fruto e ator dessa nova sociedade não é o homem comum de nossa nação. Pertence a pequenas camadas privilegiadas da Sociedade, enquanto os outros continuam na sua situação anterior de dependência, de exclusão na participação econômica, política e cultural. Para muitos a situação ainda se torna pior. Não é ele esse homem eufórico, provocado e desafiado pela nova situação. Antes sofrerá ainda mais as consequências negativas do "desenvolvimento".

Nesse sentido, a estrutura nova de discernimento veio responder a essa nova situação desse homem das camadas privilegiadas da sociedade. Será ele que vai colocar sua experiência como grande critério de conhecimento e decisão, pois é uma experiência "positiva" de sucesso, de vitória, de transformação de uma realidade até então estagnada, arcaica.

Uma vez que assume papel importante nas transformações econômicas estende seu empenho de participação a outros setores da Sociedade, como família, educação, política. Em outras palavras, deseja desempenhar um papel de hegemonia na Sociedade Civil, através da participação em seus diferentes órgãos e associações. As deci-

(27) D. Bonhoeffer, do fundo de sua prisão, estava obcecado pela idéia do mundo e do cristão emancipados, do mundo e cristão que se tornam adultos, de maior idade, autônomos, diante de uma interpretação religiosa até então vigente: D. Bonhoeffer, *Resistência e Submissão*, trad. bras. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1968; pp. 165ss; E. Bethge, D. Bonhoeffer, *vie, pensée, témoignage*; Genève-Paris 1969, pp. 786ss.

---

sões não podem ser-lhe sem mais impostas, mas faz-se consciente de que devem vir do resultado também de sua colaboração. Vamos assistir precisamente em nossa pátria a enorme mobilização de opinião, de discussão, de participação em todos os campos da Sociedade civil nos anos de 60 (28).

Numa primeira impressão, poder-se-ia pensar que o Regime que se impôs a partir da segunda metade da década de 60 veio cortar essa efervescência. Há algo de verdade. Entretanto, houve simplesmente um deslocamento e restrição dos parceiros do diálogo. Quando em 60 parecia que toda a nação participava — o que não deixava de ser uma ilusão —, depois da Revolução de 64, grupos menores irão participar ainda muito mais. Serão os verdadeiros donos do Sistema, através de outros intermediários e de maneira menos visível. Mas a mesma classe eufórica que aspirava os ares de desenvolvimento e gozava de seus frutos continuará em sua grande maioria vivendo essa mesma eurofia, participando nas decisões econômicas através dos mecanismos novos de um Sistema autoritário (29). O autoritarismo não se implantou para cercear a essas classes dominantes a participação, mas pelo contrário, para eliminar a participação popular e de pequenos segmentos da classe média radicalizada, e assim garantir-lhes uma presença mais plena em todo o processo econômico e político (30).

No campo da cultura, os valores da liberdade liberal, da consciência, da participação, do diálogo, impõem-se como os constitutivos da mentalidade moderna. A própria experiência e o diálogo grupal assumem relevância na captação dos conhecimentos e na elaboração das decisões. A Psicologia individual como as diversas dinâmicas e terapias grupais vêm reforçar essa corrente de pensar e de proceder. Valoriza-se em extremo o empenho pessoal, o esforço, o dinamismo, a velocidade, a capacidade de decisão, a pujança, a energia, o progresso. O ideal do homem moderno encarna-se no "self made man", aquele que conseguiu, ao menos a partir de uma análise superficial da correlação de classes e dos mecanismos de poder, triunfar à custa unicamente de seu esforço. Se ele o fez, qualquer outro poderá fazer o

(28) Th. Skidmore, Brasil: De Getúlio a Castelo, Ed. Saga, Rio de Janeiro, 1969, pp. 308ss.

(29) F. Henrique Cardoso. Autoritarismo e democratização, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, pp. 178ss; F. Henrique Cardoso, O Modelo político brasileiro, Difusora Européia do Livro, São Paulo 1972.

(30) H. Jaguaribe. O modelo político e a estrutura econômico-social brasileira, em: Encontros com a Civilização Brasileira, n. 4, out. 1978, pp. 129-166, R. A. Dreifuss, 1964: A conquista do Estado, Ed. Vozes, Petrópolis 1981.

---

mesmo. Eis aí a grande jogada ideológica.

Entretanto, esse homem ao aproximar-se do exercício de discernimento, vem carregado de auto-confiança, de fé no progresso, no desenvolvimento, na eurofia conquistadora e criadora de sua razão, de sua vontade. Encontra-se na verdadeira estrada real do sucesso, indo de triunfo em triunfo. E como não descobrir aí a mão misericordiosa de Deus? Como não ver nessa atitude de vitória sinal da presença de Deus? Mesmo os fracassos deixam poucas cicatrizes, que rapidamente desaparecem. O tecido de sua história volta a sua pureza infantil.

No seio da Igreja, esse homem respira outros ares. Também essa Sé multissecular deixa-se renovar através de maior participação em todos os níveis, através da colegialidade episcopal com o Papa, dos conselhos diocesanos com os bispos, das conferências episcopais, das Instituições paroquiais, dos movimentos de leigos, e até de um diálogo com outras denominações religiosas e com os não-crentes (31).

Com os dois termos "pastoral e ecumênico", João XXIII não somente resumiu o programa do Concílio como também traduziu e interpretou os novos tempos a penetrarem a Igreja (32). Pastoral significa abertura ao mundo moderno, a aceitação das suas mediações, como expressão de presença e da vontade de Deus. Ecumênico precisava a natureza desse diálogo, que reconhece a presença de verdade, de valor, de bem, não somente nas outras denominações religiosas, cristãs ou não, como também em todo ser humano, independente de ter ou não fé. Exprimem tais consignas — pastoral e ecumênico — a novidade da situação de Igreja, que explica a estrutura segunda de discernimento.

A passagem de uma atitude de desconfiança em relação à matéria, ao corpo, à esfera da sexualidade e da efetividade, que pesava no espaço cultural da primeira estrutura de discernimento, para essa abertura e euforia da Igreja em relação aos valores do mundo atual, significou, no fundo, a reconciliação da Igreja ligada a estruturas sociais feudais ou aristocráticas, ou rural-arcaicas, com o mundo do neocapitalismo moderno, atuante, em plena exuberância no pós-guerra.

(31) B. Lambert, coord., *A nova imagem da Igreja*, trad. bras. Herder, São Paulo 1969; N. M. Wildiers, *A Igreja no mundo de amanhã*, trad. bras., Herder, São Paulo 1969.

(32) João XXIII. *O programático Discurso de Abertura*, em: B. Kloppenburg, *Concílio Vaticano II*, vol. II. Primeira Sessão (set-dez, 1962) ed. Vozes, Petrópolis 1963, pp. 305ss.

(33) P. Valadier, *Essais sur la modernité. Nietzsche et Marx*, Desclée-Cerf, Paris 1964, pp. 11ss; H. Cl. de Lima Vaz, *Ontologia e História*, Ed. Duas Cidades, São Paulo 1968, p. 220ss.

---

Já não tinha mais sentido ficar preso a um mundo social que desmorojava. O Concílio Vaticano II foi o espaço de tempo e o lugar privilegiado para que as idéias do mundo moderno, neo-capitalista pudessem atingir rapidamente os bispos do mundo todo. Um processo que necessariamente aconteceria de modo muito mais lento, devido a dispersão enorme dos bispos. Com a concentração num lugar e tempo precisos, o impacto pôde ser mais intenso e rápido. Daí a enorme aceleração que impingiu à Igreja essa Assembléia, fazendo que no seio de todas as igrejas circulassem as descobertas que os homens vinham fazendo há alguns séculos e que encontravam nos países "democráticos" de capitalismo avançado da Europa central sua expressão mais clara e convincente. Evidentemente esse processo significou enorme ganho para a Igreja, apesar do preço de ambigüidades. O mundo moderno consolidou descobertas que a razão humana vinha fazendo ao longo dos séculos, na linha de valorizar o universo da liberdade, da consciência, da responsabilidade pessoal, da participação e da consciência histórica, do caminhar da humanidade através de conflitos, lutas, de superações de situações em busca de outras novas que mais respondam aos anseios do homem. A ambigüidade fundamental e isso ficará mais claro na análise da terceira estrutura de discernimento, consistirá em não perceber que essas conquistas aconteciam sob determinada forma histórica, com estruturas econômicas e políticas, carregadas de injustiça. A euforia da descoberta dos valores obnubilava o senso crítico diante do preço que muitos pagavam para a manutenção de tais valores para pequenos grupos. Faltava um passo decisivo, que as estruturas sociais vigentes negam dar e impedem que se faça, a saber, socializar esses valores, fazer que eles sejam vividos pelas largas camadas populares e não permaneçam privilégio de grupos diminutos.

Com isso, já estamos no limiar da terceira estrutura de discernimento, que se colocará na dinâmica da anterior, aproveitando-lhe o impulso, mas que também lhe desmarcará as contradições, os engodos, os jogos ideológicos.

## **A terceira estrutura de Discernimento**

### **Compreensão**

Os cristãos, sobretudo os agentes de pastoral engajados num trabalho popular de Igreja, vão sentir necessidade de outro tipo de discernimento. Já não se trata de descobrir a vontade de Deus nas suas vidas a partir de mandamentos objetivamente conhecidos e apli-

---

cados a seus casos particulares, nem mesmo partir de suas experiências pessoais existenciais e daí perceber o Projeto de Deus que lhes responda às possibilidades e apelos. Portanto, nem parte-se de um dado teológico codificado, objetivado, anterior ao conhecimento da realidade, nem coloca-se no centro da experiência pessoal. O agente de pastoral está diante de um dado objetivo, que é a realidade social e de dentro dela procura entender os apelos de Deus.

O sujeito do discernimento é um cristão comprometido com as classes populares — o que no fundo significa em nosso Continente a Opção pelos Pobres — em vista de sua libertação, na expressão de Puebla (n. 1134). Supõem, pois, duas condições para que o sujeito possa entrar no processo de discernimento nessa terceira estrutura: estar comprometido com as classes populares e querer refletir tal compromisso à luz de sua fé. A natureza desse compromisso deve ser precisamente o processo de libertação do povo. Se esse é um elemento prévio necessário para que haja essa terceira estrutura de discernimento, acontece, porém, que no desenrolar do discernimento essa própria condição cai sob o julgamento crítico da fé. Pois, pode suceder que à medida em que se discirna com maior pureza e seriedade, chegue-se a perceber motivações que venham a pôr em dúvida o próprio compromisso com e pelas classes populares em vista de sua libertação. Toda posição paternalista, de dominação camuflada, de compensação afetiva, de má-consciência burguesa termina por não traduzir uma situação verdadeira de engajamento. Enquanto ela não for revista e corrigida, o discernimento estará comprometido na sua base. Daí requer-se que essa própria condição prévia ao discernimento — ou seja, um compromisso em vista de interesses objetivos da libertação do povo — seja discernida, repensada, refletida, para que não se mova dentro de uma ilusão todo o tempo. E quando se fala de “interesses objetivos”, quer-se precisamente colocar como centro do discernimento as classes populares e não a experiência do sujeito que discerne.

Há atrás de toda essa reflexão um a-priori teológico. Afirmção aceita gratuitamente, como dado da Revelação, tornado claro para a consciência da Igreja da A. Latina, sobretudo a partir de Medellín e agora ainda mais claramente depois de Puebla. Não há dúvida para um cristão latino-americano a preferência divina e a opção da Igreja por um trabalho em vista da libertação das classes populares. Em outras palavras, o fato da opção pelas clases populares não cai diretamente sob discernimento. Esse é um dado teológico, no sentido que aparece claro que tal decisão corresponde à vontade de Deus manifestada ao longo da tradição bíblica do Antigo Testamento e do testemunho de Jesus Cristo. Não se trata portanto, de discernir nessa ter-

---

ceira estrutura, se se orienta a própria prática pastoral em vista dos interesses objetivos do povo. Esse a-priori teológico vem sendo estudado seriamente por teólogos latino-americanos (34). Ele se torna a base teológica dessa nova estrutura de discernimento. Ela vem quebrar um lugar comum, muito repetido por setores conservadores e que termina precisamente por prejudicar o próprio discernimento. Trata-se de colocar como condição de discernimento a carência de compromisso. Ele deve ser anterior. Em outras palavras, não é possível, diz esse lugar comum, fazer verdadeiro discernimento de dentro de um compromisso pelas classes populares, pois, isso também está em questão. Todo discernimento deve ser "isento".

Em todo lugar comum existe aspecto de verdade, mas também ocultam-se interesses das classes dominantes que o geram e sustentam. A verdade consiste em que devemos colocar-nos para discernir numa atitude de "indiferença", de "isenção" tentando superar enquanto possível as "paixões desordenadas". As isenção e indiferença devem referir-se a elementos que tentam tirar-nos a clareza do absoluto da vontade de Deus. K. Rahner vai definir a indiferença precisamente como um sentido agudo da caducidade de todas as coisas exceto de Deus (35). Essas isenção e indiferença que nos dão um forte senso crítico da fragilidade de nossos valores, de nossos horizontes, de nossos interesses, fazem-se condição de uma situação de discernimento. O aspecto falso do lugar comum é supor que exista um lugar social de discernimento que prescindia e pare acima de qualquer compromisso, de estrita neutralidade. Esse lugar é tipicamente comprometido com as classes que no momento dominam a situação. A neutralidade é aparente. Pois as classes que comandam a cultura, fortificam-se, desde que ninguém se lhes oponha, ficando neutro. Além disso, sabemos pela Revelação que Deus não foi e não é neutro em relação ao pobre, ao explorado, ao marginalizado. Ele se coloca claramente a seu lado (36). Essa neutralidade não corresponde à Revelação. Portanto, a terceira estrutura de discernimento vem precisamente responder a essa nova situação de percepção de que se busca a vontade de Deus em nossa realidade social desde uma opção pelos interesses objetivos das classes populares em vista de sua libertação. Isso

(34) Julio de Santa Ana. *El Desafío de los pobres a la Iglesia*, Col. DEI, EDUCA ed., San José de Costa Rica 1977.

(35) K. Rahner, *Missão e Graça*, V. III, trad. bras., Vozes, Petrópolis 1965, pp. 125ss.

(36) A. Barreiro, *Comunidades Eclesiais de Base e Evangelização dos Pobres*, Ed. Loyola, São Paulo, 1977.

---

não é falta de "indiferença" ou "isenção", mas é o único lugar em que se pode ser indiferente e isento, ie. do lado em que Deus se colocou. Só há indiferença possível a partir de uma paixão por aqueles, em benefício dos quais Deus Pai mostrou seu amor apaixonado e Jesus Cristo consagrou fundamentalmente seu trabalho de anunciador da Boa Nova.

Como dizia acima, no referente à opção pelas classes populares, cai sob discernimento a pureza de nossa opção e não o seu fato. Pois, como seres marcados por motivações inconsistentes, racionalizações, compensações, projeções e outros tantos mecanismos inconscientes, necessitamos retificar e purificar continuamente tais motivações, libertando-as de instintos de dominação, de camufladas substituições afetivas, etc...

Entretanto, o esforço principal do agente de pastoral na prática de discernimento deve orientar-se para uma dupla articulação. A primeira está relacionada com o "Ver" e a segunda com o "Agir".

A **primeira articulação** vem responder a essa simples pergunta: que diz a Revelação de Deus a respeito dessa nossa realidade, dessa nossa situação, dessas nossas práticas concretas já em curso? É uma articulação que tem certa complexidade, pois faz confrontar dois dados de natureza epistemológica diferente. De um lado se trata de ver uma realidade social e do outro de interpretá-la à luz da Revelação. O primeiro momento releva das Ciências do Social e o outro da Teologia. Para o primeiro recorreremos aos instrumentos sócio-analíticos, para o segundo necessitamos da reflexão da fé, explicitada e trabalhada pela comunidade eclesial (teologia).

Nas duas estruturas anteriores, praticamente tratava-se de dados apreendidos sem mediações cientificamente elaboradas. Era suficiente a mediação do "sentido comum" ou da "própria experiência" com o auxílio de uma psicologia doméstica. Em alguns casos, recorria-se a dados mais elaborados daquela ciência do homem. Nessa terceira estrutura, a articulação exige objetividade, capacidade analítico-científica num primeiro momento para somente depois perguntar-se pela Palavra de Deus sobre tal realidade.

Ora, a realidade social de que tratamos é bem concreta. Trata-se do processo de libertação das classes populares. Num lugar ainda praticamente se está em fase apenas incipiente, noutra caminha-se com anos de experiência, noutra já se vai longe em plena ebulição. Nessa situação plurissecular de dominação, em que classes dominantes se sucedem na hegemonia do processo, mas tendo sempre em comum a busca de seus próprios interesses à custa das grandes massas

---

populares, o agente de pastoral se encontra inserido (37). Coloca-se do lado das classes emergentes, populares, não por serem elas as mais santas, as mais puras, as melhores moralmente, mas simplesmente porque Deus se coloca do lado do mais fraco e a história só pode ser modificada e transformada por aquele sujeito que de um lado está excluído de seus benefícios e de outro se conscientiza e organiza em vista de realizar tal transformação.

De fato, acontece que no momento histórico em que vivemos na A. Latina, as classes dominantes têm nome próprio, rosto próprio, fazem alianças concretas. Não é um ente etéreo, abstrato, que se rejeita e se acusa em geral. Têm uma presença e atuação bem precisa. Estabelecem seus aguilhões de dominação históricos e bem definidos no Continente, em cada país, província, até a mais longínqua cidade. Embrenha-se alguém por esse nosso sertão mato-grossense, visite a selva amazônica, percorra os pampas gaúchos, e encontrará nos rincões mais distantes, a presença opressiva de ramificações esticadas das classes da burguesia industrial, empresarial-rural, financeira, seja nacional e como sobretudo diretamente transnacional ou ao menos associada a ela.

Dentro dessa situação bem concreta, o agente de pastoral, colocado ao lado das classes emergentes, pobres, pergunta-se a si mesmo, como entender a trama que sustenta tal sistema? Como enxergar claro no meio a tal emaranhado de fatores, que se de um lado parecem tão complexos, doutro enjoam-nos com sua monotonia opressora, numa incansável repetição de atos expoliatórios. Há uma terrível rotina de expulsão de posseiros, de vendas coagidas das terras de pequenos proprietários agrícolas ou industriais a grandes companhias ou empresas nacionais e sobretudo transnacionais. Isso acontece em todo país em ritmo cada dia mais acelerado. Volta então a pergunta do agente: como entender esse sistema capitalista, seja no seu mecanismo, como na sua ética, nos seus princípios motores, nas suas utopias, nos seus objetivos?

É nesse momento que aparece o problema da "análise marxista" (38). Não surge como um problema acadêmico, dentro de um contexto de diálogo entre cristãos e marxistas, procurando ver até onde ambos podem ou não comungar em seus princípios básicos. Não é uma questão de discussão, de intelectuais, que da tranqüilidade de seus gabinetes de estudo, ou de suas cátedras universitárias, ou de

(37) D. Ribeiro, Sobre o Óbvio, em: Encontros com a Civilização Brasileira, n. 1 (1978, julho) pp. 9-22;

(38) Luiz A. Gomes de Souza, Breve Nota sobre a Análise Marxista em: Reb, 38 (1978) pp. 706-718.

---

salões de encontros e discussão, tecem considerações teóricas sobre o assunto. Nem mesmo de uma questão teológica, em que teólogos e pastores, em estudo sério procuram comparar, a partir da análise de textos de Marx e de exegeses de textos cristãos, a possibilidade de uma compossibilidade ou não entre as afirmações de ambos os lados (39). Por isso, toda a vez que não se percebe essa diferença, cai-se em temores e juízos inconsistentes.

O lugar do encontro com a "análise marxista" para o agente de pastoral é a interrogação de uma situação, que ele, sem nenhuma análise científica, já percebe pelo simples bom senso e superficial observação, como monstruosamente injusta, humanamente inviável para as camadas socialmente carentes. Como tal observação imediata não satisfaz, quer recorrer a instrumentais que esclareçam os mecanismos em funcionamento. Como de fato, ele não tem à mão outro instrumental melhor para desvelar os mecanismos de opressão, sente-se necessitado de tomá-lo e usá-lo num primeiro momento de seu discernimento.

A posição do agente de pastoral diante do instrumental marxista é bem diferente do cientista social, do intelectual, do homem de Igreja de gabinete, seja teólogo como autoridade. Todos esses encaram-no sob um aspecto de discussão crítica, onde freqüentemente se acentuam suas insuficiências, os seus limites, os aspectos já superados. Contudo, no contexto da prática pastoral, o agente está mais atento a seus pontos positivos, aos elementos em que ele o ajuda a entender os fenômenos e mecanismos sociais capitalistas que estão sendo acionados atualmente de modo tão selvagem em nossas regiões. Dessa diferença de situação e de atitude, têm surgido problemas intra-eclesiais e suspeitas por setores oficiais e intelectuais de tal presença do instrumental marxista (40).

Como víamos, a estrutura do discernimento consiste na articulação da realidade social, lida analiticamente de modo sério e científico enquanto possível e a Palavra de Deus viva na Igreja. Depois que o agente comprometido com as classes emergentes populares se fez uma compreensão mais clara dos mecanismos sociais em ação no nosso contexto histórico, volta-se, então, para a Revelação de Deus con-

(39) *Marxistes et chrétiens*. Entretiens de Salzbourg, ed. Mame, Paris 1968; *Chrétien et marxistes dans la Société française*. Dossier présenté par Madelin, Le Centurion, Paris, 1977; G. Cottier, *Cristãos e marxistas*. Diálogo com R. Garaudy, trad. port., Brasilia Ed., Porto 1968;

(40) Cl. Boff, *Sinais dos tempos*. Princípios de Leitura, Ed. Loyola, São Paulo 1979, p. 161ss.

---

tinuada na comunidade eclesial, em que está atuando. Esse ver recebe uma leitura teológica em confronto com o agir de Deus no mundo, codificado no Antigo Testamento e levado a sua expressão mais perfeita em Jesus Cristo, como nos relata o Novo Testamento. Essa Tradição vem sendo enriquecida com a longa prática eclesial de fé, que re-interpreta essa ação de Deus ao longo da história. Toda essa riqueza espiritual interfere no discernimento, na medida em que o agente a confronta com a atual situação interpretada com os instrumentais sócio-analíticos.

Dessa articulação, resulta mais clara e agora de modo concreto para sua situação, a vontade e desígnio de Deus sobre a história dos homens. É precisamente esse discernimento que fizeram os bispos em Puebla. Houve um uso de certos elementos sócio-analíticos e alguns não deixam de ter algum sabor dialético, ainda que não de modo cientificamente coerente. Certamente era o máximo que se podia esperar e o que estava dentro da "consciência possível" do Episcopado de um Continente, com toda a heterogeneidade de mentalidade, de formação, de estruturas mentais. Entretanto, aparece clara essa terceira estrutura do discernimento. Vejamos alguns exemplos.

No plano econômico os bispos apontam diversos sintomas de nossos males: a existência de uma situação de extrema, desumana e generalizada pobreza (Puebla, nn. 29, 31); um depauperamento das grandes maiorias (id. 1207); uma exclusão delas da vida produtiva (id. 1207); uma brecha entre ricos e pobres maior (id. 1135, 28); uma apropriação por minoria privilegiada de grande parte da riqueza (id. 1208). Avançam um diagnóstico indicando as causas, tais como vigência de sistemas econômicos anti-humanos que não realizam profundas e necessárias mudanças na sociedade (id. 64); presença de multinacionais que exploram (id. 66); grupos minoritários nacionais associados a interesses do exterior — alusão direta ao capitalismo associado — (id. 47); dependência econômica de modo que riqueza de minorias se faz à custa da pobreza de muitos, e de nações ricas à custa de nações pobres (id. 66, 30, 312); produto, portanto de situações e estruturas (id. 30) e não simplesmente uma etapa transitória — contra a ideologia desenvolvimentista da década de 50 — (id. 30). Num segundo momento, emitem um juízo religioso, teológico sobre tal situação, dizendo que a riqueza absolutizada é obstáculo à verdadeira liberdade (n. 494) e que o liberalismo econômico de praxis materialista enfoca o aspecto individualista do homem, propõe uma salvação individual (n. 312). Constatam uma injustiça institucionalizada (id. 495). Portanto, condenam o sistema capitalista vigente, de modo selvagem, praticamente em todos os países do Continente materialista, ateu e idólatra (id. 312, 493-495).

---

Vão repetir o mesmo juízo sobre o plano político, descrevendo, analisando e julgando o regime de poder em vigor. Descrevem a situação de crise institucional, de deterioração do quadro político e de existência de regimes de opressão que obstaculizam o pleno desenvolvimento dos direitos da pessoa, dos grupos e das nações (id. 46, 500, 507, 508). Constatam, portanto, desrespeito aos direitos humanos fundamentais (id. 41), abuso de poder por parte desses regimes de força (id. 42, 46, 495, 1259, 1262, 531), concentração de poder (id. 1263), cerceamento da liberdade popular e sua organização (id. 44, 18), sem falar dos sinais de corrupção e violência (id. 508). No nível do diagnóstico, apontam entre outras causas, a presença de uma tecnocracia fria que aplica modelo de desenvolvimento de custo social injusto, afetando os setores mais pobres, uma política internacional de exploração, um sistema político inspirado na Ideologia da Segurança Nacional, autoritário e opressivo (id. 50, 65, 66, 314, 500, 501, 1266). De novo, vêem em tal forma de regime político uma expressão da idolatria do Poder (id. 502).

No plano cultural, assinalam o fenômeno de que nossas culturas tradicionais estão sendo deformadas e agredidas por influências externas dominantes ou por limitações alienantes de formas de vida de valores importados (id. 53), além da presença de grupos minoritários de poder que manipulam os outros para assegurar seus interesses e impor suas ideologias (id. 61). Naturalmente as causas aparecem logo nessa constatação, a saber, a apropriação por minorias dos bens culturais e os frutos da ciência (id. 1208), a pesada influência dos meios de comunicação social dominados por grupos econômicos, políticos e ideológicos (id. 419, 1208).

Diante desse cenário, que se estende de modo muito mais amplo no Documento e do qual aqui recolhemos somente alguns pontos, os bispos fazem o tremendo e forte juízo teológico: tal situação é um escândalo e contradição com o caráter cristão de nosso Continente (id. 28), contradiz às exigências do Evangelho (id. 1257); é contrária ao Desígnio do Criador, à honra a ele devida, de modo que o luxo de uma minoria é insulto à miséria das grandes massas. Finalmente, a Igreja reconhece, discerne uma situação de pecado social, tanto mais grave quanto acontece em países que se dizem católicos (id. 28). Isso revela a incoerência entre a cultura de nossos povos, impregnada de fé cristã e a condição de pobreza e injustiça em que vivem reflete, pois, uma fé sem força transformadora da convivência social e econômica (id. 436-437).

Eis aí um primeiro grande discernimento que fez nossa Igreja tentando articular a Palavra de Deus e uma realidade social analisada nos seus três planos econômico, político e cultural. A análise foi de

---

todo o Continente, daí seu caráter de maior generalidade. O agente de pastoral vai encontrar-se, porém, diante de uma realidade bem concreta. Sua análise deve descer a pormenores. A estrutura contudo é a mesma.

Esta primeira articulação é de certo modo mais fácil. Por isso ela pôde ser feita relativamente bem por uma grande Assembléia, como em Puebla. A **segunda articulação do discernimento** já é mais difícil. Trata-se de confrontar com o dado da fé a mediação social que **transforma** a realidade, analisada na primeira articulação, sob a dupla luz das Ciências do Social e da fé. Estamos diretamente no campo da práxis e sua relação dialética com a fé.

A primeira articulação terminara com um grito ético, num duplo movimento de rejeição de situações que contradizem o Projeto de Deus a respeito dos homens, como de desejo de criação, de ensaiar nova realidade. Estamos no limiar de nova relação dialética entre fé e realidade, entre Palavra de Deus e mediações sociais, entre projeto utópico inspirado pela Revelação e sua concretização através de práticas históricas determinadas.

Esta segunda articulação pode mover-se de duas maneiras. Pode partir do projeto utópico cristão para as mediações concretas, que o encarnam, o possibilitam como realidade histórica. Ou pode tomar a outra direção. Parte-se de práticas, de mediações, de políticas definidas com suas estratégias e mesmo táticas e faz-se seu confronto com a Revelação vivida na comunidade eclesial. E não se pode definir a priori qual será o movimento mais pertinente para determinada prática pastoral. O agente, ora sentir-se-á movido a partir de seu universo escatológico, utópico cristão, nutrido com a freqüentação assídua da Palavra de Deus na Escritura, na Tradição viva de sua comunidade, ou ora ver-se-á colocado concretamente diante de projetos humanos de libertação já feitos, já em curso e deve discernir a sua compatibilidade com sua visão cristã ou não.

Na A. Latina tem-se dado o **primeiro movimento** nos momentos de calma política. Devido à presença massacrante da repressão, muitos meios de articulação das práticas se vêem cerceadas parcial ou totalmente no seu desempenho. Nesse caso, os agentes de pastoral, gozando de certa liberdade e chocados com a situação de opressão, buscam a partir de sua inspiração cristã encontrar mediações concretas que desarticulem a opressão e construam positivamente outras estruturas. Estes tempos de silêncio político repressivo foram vividos e estão ainda sendo sofridos em muitos países. Nesses casos, o agente de pastoral sente a necessidade premente de encontrar dentro de sua prática aquelas mediações sociais de libertação, que venham concreti-

zar seu projeto de inspiração cristã. Seria uma questão abstrata, acadêmica, perguntar-se nesse dado momento, se isso é ou não uma ação especificamente pertinente para um agente de pastoral. Seria como se alguém estivesse morrendo afogado, é alguém discutisse se o ato de lançar-se à água para salvá-lo, seria específico de um advogado ou ele o faria como ser humano. De fato, aconteceu que a única pessoa que podia no momento lançar-se a salvar o afogado era o advogado. Ora, durante alguns anos aconteceu no Brasil e está ainda acontecendo em alguns países de nosso Continente, que quase o único espaço para que se possam desempenhar certas práticas concretas nitidamente ligadas aos interesses das camadas populares emergentes é a Igreja.

Nese caso, o discernimento responde à seguinte estrutura e movimento (41). Num primeiro momento, os agentes de pastoral nutrem-se das grandes inspirações fundadas na compreensão da justiça, do Reino de Deus, do amor aos irmãos, do espírito das bem-aventuranças, das utopias bíblicas (Is 11, 1-9), do anúncio libertador de Cristo, da criação de uma nova ordem segundo o espírito do Evangelho. Enfim, existe toda uma Tradição cristã, de caráter eminentemente escatológico, que aponta a meta para onde o homem deve tender e o chama a fazê-la já presente em sempre maiores concretizações. É a clássica dialética cristã do Reino de Deus já presente e ainda não presente (42). O já-presente de Deus pela graça aciona o cristão para que o ainda-não se encurte cada dia mais, até a chegada definitiva do Senhor Jesus. Naturalmente para que esse Reino de Deus, este espírito evangélico não caia no puro vazio, não passe de um soar de bronze, um sopro de voz, o cristão deve encontrar tempo e espaço para sua atualização. Aí ele se encontra com a necessidade de criar, de descobrir essas mediações sócio-políticas que possibilitem a concretização de tal projeto utópico.

As mediações são uma exigência. Negativamente isso significa que não é possível nenhum tipo de indiferentismo, irenismo, relativismo político. Existe um universalismo "neutro", que termina necessariamente mantendo a situação presente. E precisamente ela está em questão como oposta ao Projeto de Deus. O não-assumir mediações históricas para encarnar o projeto utópico cristão é no fundo não levar a sério o mistério da Encarnação do Verbo e não aceitar a própria criaturalidade e historicidade, desejando viver já no puro escatológi-

(41) J. B. Libânio, *Discernimento e política*, Ed. Vozes-CRB, Petrópolis-Rio, 1977, pp. 48ss.

(42) O. Cullmann, *Christ et le temps*, Delachaux-Niestlé, Neuchâtel-Paris 1966; J. Frisque, *Oscar Culmann. Une théologie de l'histoire du salut*, Casterman, Paris, 1960.

---

co. Aí de fato não se requerem mais as mediações, pois a história já encerrou seu último capítulo. Até lá, impõem-se as mediações, as práticas. Por outro lado, não se deve cair num casuísmo, num livro de receitas, escrito em algum escritório de intelectual, para ser praticado pelo agente engajado. Positivamente, as mediações particulares deverão manter sempre seu caráter dialético com o universal evangélico. Elas não são vistas e valorizadas em si mesmas, fora de sua relação com o projeto evangélico. É exigência fundamental de toda prática de discernimento, que o agente de pastoral se volte continuamente para a inspiração cristã fundante para acionar, purificar, corrigir suas práticas concretas. O projeto evangélico só existe concretamente no momento em que ele se encarna nas práticas pastorais. Fora disso, fica como espírito à busca de um corpo.

Nesse momento, o agente de pastoral se encontra uma segunda vez com a análise marxista. Agora não tanto para desvendar-lhe os mecanismos atuantes, mas para oferecer-lhe meios eficazes de realizar a transformação desejada. É um momento difícil e que para muitos se torna real crise de fé. E a última raiz parece ser a tentação de substituir o caráter de meio, de oferta de uma maneira concreta e eficaz de transformação, com o sentido último, com o valor gratuito da fé. A fé e a mediação se encontram em dois níveis, mas se unem no concreto e pode suceder aí um curto circuito. A fé, que pertence ao universo do sentido radical da existência, dos grandes valores determinantes de toda nossa história e que se assume gratuitamente em agradecida resposta a essa Revelação de Deus, ao necessitar concretizar-se para ser caridade numa mediação que o marxismo oferece, pode esvaziar-se fazendo dessa mediação um valor absoluto, gratuito, universal, ocupando então o lugar da fé.

Como de fato isso tem acontecido com grupos de cristãos engajados em nossas regiões, impõe-se sobretudo a importância da prática do discernimento. Ela vem marcar essa ruptura inconfundível entre a fé e as mediações sócio-políticas de um lado, e doutro a necessidade de sua articulação, a fim de que se evite uma fé vazia. A correta articulação do discernimento impede um dualismo, em última análise, reacionário, ou um integrismo, também ele muito perigoso. A prática é o lugar, pois, da síntese, que deixa a fé na sua autonomia de valor gratuito, sempre crítico, nunca exaurível por uma mediação. Também não sacraliza a mediação, deixa-a na sua autonomia secular. A síntese significa que essa realidade secular nesse dado momento concretiza para o agente cristão a maneira de viver a gratuidade do

---

valor de sua fé(43). E tal síntese não exclui de antemão práticas decorrentes do uso do instrumental marxista. Além do mais, podemos, a partir de outra reflexão teológica, reconhecer que também Deus se fez presente no esforço de um Marx em pensar a transformação da sociedade capitalista, em vista de superar suas contradições, suas alienações, suas opressões. Aí estaria a última raiz da possibilidade de uma síntese. Se de um lado uma mediação sócio-política tem uma autonomia secular, isso não exclui, nem que ela possa ser assumida dentro de um projeto do Reino por parte de algum agente cristão, nem que ela em si mesma não tenha objetivamente elementos desse Reino.

É, porém, no **segundo movimento**, onde o encontro com o instrumental marxista se coloca de modo mais agudo na prática de discernimento do agente. E isso começa a acontecer no atual momento brasileiro. Depois do túnel obscuro da repressão política dos últimos 15 anos, estamos assistindo a lenta e gradual abertura. Com isso, o espaço do político se abre e novas forças se organizam, surgem com seus projetos, estratégias, táticas. Essas forças se encontram com o fato de enorme presença crítica e engajada da Igreja em setores populares. E esses agentes de Igreja, por sua vez, começam a perceber, que o seu terreiro, até agora bem protegido, é freqüentado, visitado por outros pretendentes, com propostas concretas políticas em vista da libertação das camadas populares.

É momento de extrema importância para a Igreja do Brasil. Primeiro cabe discernir se os projetos que começam a aparecer realmente visam à libertação do povo. É hora dos populistas voltarem com suas alianças espúrias, em que atrelam camadas do povo ao projeto burguês que encarnam e lideram. Os discursos aparecem como propostas em prol das classes populares. Poderão mesmo trazer alguns benefícios imediatos. Mas o ponto nevrálgico está em perguntar-se quem é o principal protagonista de tal projeto? No final, que classe será a decisiva na criação do regime? Os projetos populistas não passam de um reformismo barato, terminando por enganar mais uma vez e decepcionar nosso povo. Já temos larga experiência disso (44). E é momento de iluminar nosso discernimento com análises de tais programas do passado, ao ouvir novas sereias cantando. O agente terá que trabalhar com ferramenta política e com idéia clara da utopia da

(43) J. C. Scannone, o desafio atual à linguagem teológica latino-americana sobre a Libertação, em: Síntese 1 (1974, 2) pp. 3-20.

(44) F. Corrêa Weffort, O Populismo na Política Brasileira, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

---

libertação das classes populares, para analisar esses projetos, que se apresentam.

Haverá outros projetos de interesse realmente popular, mas de uma metódica, estratégia não popular. Isso significa que o projeto é elaborado longe do povo, sem sua participação criativa e simplesmente quer a força de sua presença para implementá-lo. É mais uma vez o trágico preconceito elitista, que acaba não acreditando na força histórica das classes populares, emergentes. E em termos teológicos, não acredita como Deus se revela forte na fraqueza do pequeno. Jesus bendiz o Pai precisamente pela sabedoria do humilde (Mt 11, 25 ss). Nessa sabedoria do humilde, deve confiar o agente, como elemento de sua utopia. Ora, se a mediação concreta, se a prática política em questão, não respeita tal realidade, deve ser excluída.

Tanto mais importante se faz a prática do discernimento, quanto mais complexo, diversificado e incontrolável se mostra o atual momento de nossa vida política e de nossa prática pastoral. Um país de vastas dimensões, com ritmos políticos e eclesiais muito diferentes, não pode encontrar uma solução unitária e de cúpola. As escolhas das mediações de libertação surgirão das pequenas práticas ao longo de todo nosso país. E para isso, as comunidades eclesiais de base deverão exercitar-se nessa difícil tarefa de discernir, diante de inúmeros projetos que já estão aí e que começam a ser encaminhados. Nem está excluída a possibilidade de, em alguns lugares, elas iniciarem práticas próprias, originais. As diferentes situações irão mostrando o caminho a ser seguido.

Como dizíamos acima, estão surgindo movimentos e partidos políticos no espaço aberto pela liberalização restrita, em curso. Os agentes de pastoral vão defrontar-se com alguns que usam o instrumental marxista para organizar a própria prática e estratégia políticas. O encontro com as práticas marxistas faz-se de novo num contexto bem diferente do acadêmico. Nasce de uma situação concreta da conjuntura política do país. Até agora a Igreja ocupava enorme espaço na luta pelas reivindicações fundamentais de uma Sociedade de Direito e na conscientização-organização de segmentos populares. Abre-se agora campo para outras instituições políticas. Daí o encontro da Igreja com elas. Situação de certa maneira irrepetível. Não se pode nem apagar esse passado recente da importância política da Igreja no seio das camadas populares, como nem se pode evitar a novi-

---

dade do momento atual (45). Desse duplo dado, aparece a importância dessa terceira estrutura de Discernimento.

### Explicação

Esta nova estrutura de discernimento não se explica sem que haja condições eclesiais e sociais, que a possibilitem. A partir de uma análise dessas condições, poderemos explicar como houve o deslocamento de estruturas anteriores para uma voltada especialmente para o campo do social, do político.

Esse novo tipo de discernimento medra precisamente num momento de perplexidade, de necessidade de ver claro, por causa das oposições e divergências. Aliás os Bispos em Puebla acenam a essas resistências e reações opostas, vindas de forças fora da Igreja (Puebla, nn. 79, 83) sobretudo das classes dominantes (Puebla, n. 160) e também àquelas existentes no seu próprio seio (Puebla, n. 90). De outro lado, existem olhares que se voltam esperançosos para essas novas tomadas de posição da Igreja. No Brasil, a imagem da Igreja tem mudado muito, de modo positivo, no meio dos intelectuais e da juventude conscientizada, precisamente por sua presença crítica. Artigos, declarações na imprensa revelam essa nova atitude. Alguns se confessam perplexos, pois segundo seus dogmas políticos, a Igreja não deveria fazer outra função que a de aparelho ideológico do Estado, e vêem como ela está agindo de modo diferente. Será uma mudança meramente conjuntural, de curta duração e fôlego? Ou quem sabe, aconteceu algo de mais profundo? (46).

Sem dúvida, há um novo espaço eclesial e sócio-político que vem explicar essa prática de discernimento, onde se busca articular a fé com mediações sócio-analíticas, seja no nível do conhecimento da realidade, como de sua transformação.

Quais são as condições sociais e eclesiais que criaram tal espaço?

Mesmo sem fazer um trabalho de história ou de análise da realidade, no sentido mais estrito, que acontecimentos sócio-políticos e eclesiais estariam na origem de tal mudança?

(45) L. Konder, *Marxismo e Cristianismo*, em: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 6 (1978, dez) pp. 57-65; Frei Betto, *Da prática da Pastoral Popular*, em: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 2 (1978, ago.) pp. 95-112.

(46) Ver a recensão que K. Reis faz do livro: Frei Betto, *Diário de Puebla*, em: *Encontros com a Civ. Brasileira* n. 11 (1979, maio) pp. 274-276.

## Condições eclesiais

Com o clima de liberdade implantado pelo Concílio, criou-se espaço no seio da nossa Igreja para a coragem e mesmo a ousadia das novas experiências. Este tempo de possibilidade de experimentar novas práticas pastorais foi favorecendo o deslocamento de muitos cristãos, sacerdotes, religiosos/as e leigos, para trabalho diferente junto ao povo. Se num primeiro momento, pagou-se tributo demasiado grande a um elitismo, importando euforicamente as renovações européias no campo da liturgia, do apostolado leigo, da organização eclesial, das reflexões teológicas — continuávamos ainda a ser Igreja-reflexo —, pouco a pouco o impulso para a novidade de experiências num clima de liberdade eclesial fez que rapidamente iniciássemos caminhos próprios em todos os setores citados.

Tanto mais saborosa era a liberdade no seio da Igreja, quanto fora de seus muros se estendia sobre a nação o véu negro de um regime opressor, violador dos direitos fundamentais da liberdade de pensar, de falar, de escrever, de organizar, de fazer projetos diferentes do dominante. Naturalmente esse clima de liberdade tem ultimamente declinado, fechando o espaço das experiências e inaugurando a etapa seguinte da triagem e do enquadramento. Em outras palavras, aquela explosão de experiências dos anos imediatos ao Concílio está provocando uma outra atitude eclesial de escolher aquelas, consideradas por ela como bem sucedidas, em todos os campos para em seguida enquadrá-las dentro de um marco legal. Marco, sem dúvida, muito mais amplo que o anterior. Com isso, não estão excluídas outras novas experiências, que de fato estão sendo feitas. Mas instaurou-se um clima de maior sobriedade a seu respeito e de certa vigilância mais ou menos atenta conforme países, dioceses, etc.

A partir sobretudo das duas grandes Encíclicas de João XXIII, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, respira-se em nível oficial de Igreja um interesse maior pelo Social, pelo Político. No Concílio, essa tendência encontra sua expressão na *Gaudium et Spes*. Paulo VI vem confirmá-la com a *Populorum Progressio* (1967) e mais tarde com a *Octogesima Adveniens* (1981). Em nosso nível Continental, temos a IIª Conferência Geral do Episcopado em Medellín (1968), onde esse clima se firma e se aprofunda, partindo de um núcleo pequeno, mas ativo e significativo de bispos, agentes de pastoral, teólogos. Essa reunião viera responder a um convite de Paulo VI dirigido aos Bispos da América Latina no final do Concílio de enfrentar os problemas do subdesenvolvimento e de defender mudanças radicais no Continente, insistindo que se fizesse aquela Assembleia Extraordinária para pensar a situação social latino-americana à luz do ensinamento do Concí-

lio.

Ainda em nível de Igreja oficial, o clima propício e explicativo dessa 3ª estrutura de discernimento recebeu reforço, estímulo através dos Sínodos de 71, onde se tratou da Justiça no Mundo (47) e de 74 onde o tema da Evangelização libertadora mereceu atenção (48) sendo assumida depois de modo solene por Paulo VI na *Evangelii Nuntiandi* (49). Este documento vai desempenhar papel relevante. Entre seus ensinamentos de destaque, estão as afirmações explícitas e sem subterfúgios da relação profunda entre Evangelização e Libertação, do significado das Comunidades Eclesiais de Base, e das experiências positivas e criativas dos "Novos Ministérios". Em nível de Continente, assistimos em 1979 à IIIª Conferência Geral do Episcopado em Puebla, onde se reafirmou mais uma vez a urgência do engajamento da Igreja no campo social, seja através de lúcida e corajosa análise da situação sócio-político-econômica e cultural do Continente, seja através das grandes opções pela Libertação, pelos pobres, pelas Comunidades de Base, pela Juventude, pela Defesa dos Direitos da Pessoa Humana na Sociedade nacional e internacional, pela Pastoral junto aos Construtores da Sociedade Pluralista. De fato, Puebla veio sancionar uma situação que se vinha impondo ao longo dos últimos 10 anos de pastoral e vida eclesial no Continente.

Ainda em nível de Igreja institucional, cabe chamar atenção para excelentes documentos elaborados por Igrejas nacionais ou regionais no nosso Continente. Sem falar de documentos do Episcopado chileno sobre "*La Iglesia y el Campesinato*" (1962), "*El deber social y político de los católicos en la hora presente*" (1962) e do Episcopado latino-americano em Mar del Plata (1966), assinalamos aqui alguns do Brasil. Os Bispos do Nordeste do Brasil elaboram um Manifesto crítico em relação a situação social do País (1966) (50) e mais tarde escrevem uma carta pastoral comum das mais ousadas de um Episcopado de todos os tempos: Ouí os clamores de meu Povo

- (47) Sínodo dos Bispos, Justiça no Mundo, Documento-base, em SEDOC 4 (1971/1972) col. 139-154; Documento Final: A justiça no mundo, em: SEDOC 4 (1971/2) col. 811-824; R. Laurentin, *Réorientation de l'Église après le troisième Synode, du Seuil*, Paris 1972, pp. 150ss.
- (48) O Sínodo de 1974. A Evangelização no mundo de hoje, em: SEDOC 7 (1974/5), 3 col. 697-740; vários, o Sínodo de 1974, Ed. Loyola, São Paulo, 1975.
- (49) Paulo VI, *A Evangelização no mundo contemporâneo. Evangelii Nuntiandi*, ed. Didática, Ed. Loyola, São Paulo 1976.
- (50) Bispos do Nordeste, Mensagem de Resposta e Apoio, em: REB 26 (1966) 729-731.

---

(51). No mesmo tempo, outro Episcopado regional, agora do Centro-oeste, em estilo popular, reafirma as mesmas teses do Episcopado do Nordeste, de veemente crítica ao sistema neo-capitalista, atribuindo-lhe a raiz última dos males em curso e propugnando uma via socializante(52). Em nível nacional, vai aparecer também uma série de documentos de valor(53).

Esse clima eclesial geral encontra sua expressão concreta no nível do clero, dos religiosos e dos leigos engajados. Entre os sacerdotes, vão surgir grupos bem engajados com o processo de transformação do Continente.

Dentro do espírito de abertura do Concílio, envolvidos com o serviço dos pobres e participando da efervescência crítica dos meios intelectuais, esses grupos de sacerdotes radicalizam sua posição de compromisso social, ora numa atitude crítica a uma Igreja comprometida com as classes dominantes, ora em manifestos e ações de cunho nitidamente político(54). Foi momento de muitas tensões no seio da Igreja. A implantação dos regimes repressivos veio arrefecer e desfazer muitos desses grupos. Para a nossa reflexão, basta constatar o fato, pois ele é fruto e causa explicativa da estrutura de discernimento que explicitávamos no parágrafo anterior.

Em nível de Vida Religiosa, vamos assistir por parte da CLAR (Confederação latino-americana de religiosos) e de diversas Conferências (Conferências dos religiosos) nacionais à tomada de posição nítida em prol de uma vida religiosa engajada nos meios populares, em comunhão com as classes pobres(55). Naturalmente, a posição desses órgãos diretivos não se fez por puro voluntarismo de algum de seus membros, mas veio, sim, refletir o andamento de grupos de religiosos ao longo de todo o Continente. Sem dúvida, das riquezas espirituais da Igreja da América Latina excele essa nova floração de religio-

(51) SEDOC 6 (1973/4) col. 604-629.

(52) SEDOC 6 (1973/4) col. 993-1021.

(53) CNBB, Comunicação Pastoral ao Povo de Deus, Ed. Paulinas, Rio, 1976; CNBB, Exigências cristãs de uma Ordem política, Ed. Paulinas, Rio 1977; Estudos da CNBB, Subsídios para uma política social, Ed. Paulinas, São Paulo 1980; Conselho Permanente da CNBB, Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política, Brasília 1981 e um recente documento sobre o uso do solo urbano.

(54) J. Comblin, La Iglesia latinoamericana desde el Vaticano II, em: Contacto 15 (1978) n. 1, 9-21.

(55) Equipo Teólogos CLAR, Vida Religiosa en A. Latina. Sus grandes líneas de búsqueda. Colección CLAR n. 20, Bogotá; id., Tendencias proféticas de la Vida religiosa en A. Latina, Colección CLAR, n. 24, Bogotá.

---

sos e religiosas seriamente comprometidos com uma vida de pobreza, não como mera expressão de uma ascese pessoal, mas como sinal de compromisso com os pobres contra a injustiça (56). É uma pobreza-engajamento, que os leva a abandonar seus grandes conventos para ir morar em pequenas casas populares nas regiões pobres do campo ou nas periferias urbanas.

Quanto aos leigos, vão aparecer dois tipos de engajamentos. Uns grupos, ligados sobretudo aos movimentos de Ação Católica, trabalharão nos seus próprios meios estudantis ou operários, numa linha social crítica. Estatisticamente podia seu número não ser relevante, mas desenvolviam atividade extremamente significativa no seio da Igreja, criando um clima de criticidade e de engajamento político (57). Outros, e isto tem acontecido mais recentemente, deixam seu próprio meio para ir trabalhar e mesmo viver nos meios populares. No campo e nas periferias das grandes cidades, existem grupos de jovens cristãos que vivem uma vida de compromisso, de trabalho numa linha de evangelização libertadora (58).

Nesses trabalhos populares de evangelização, a Palavra de Deus lida e comentada a partir de textos bíblicos, tem assumido papel relevante através especialmente dos famosos "Círculos bíblicos". Com isso, tem-se elaborado um tipo de exegese bem diferente da corrente (59). Não simplesmente na base do espontaneísmo ou fundamentalismo, mas com apoio na Ciência. Assim o exímio exegeta Frei Carlos Mesters tem oferecido subsídios sérios, redigidos em linguagem popular (60), para essa multidão de agentes de pastoral, que assumiram tal prática pastoral.

Não se pode esquecer também, a importância de que uma mística de amor e serviço aos pobres vem penetrando a Igreja, desde os idos anos de João XXIII, com a colaboração de teólogos da enverga-

(56) Experiencia latinoamericana de Vida Religiosa. 1959-1979, Colección CLAR n. 42, Bogotá 1979.

(57) José O. Beozzo, Les mouvements des universitaires catholiques au Brésil, Univ. Cathol. de Louvain, mémoire présenté en vue de l'Obtention du grade de licencié en Sociologie, Louvain 1968. L. A. Gomez de Souza deve publicar em breve pelas VOZES a tradução de sua tese doutoral na Sorbonne de Paris sobre os estudantes cristãos e política no Brasil.

(58) Luiz Gonzaga de Souza Lima, Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil. Hipóteses para uma interpretação. Ed. Vozes, Petrópolis 1979.

(59) Nessa linha estão os trabalhos do Frei Carlos Mesters, publicados pela Editora Vozes, Petrópolis.

(60) C. Mesters, Círculos Bíblicos de 1 a 40, suplementos 1 a 5, Ed. Vozes, Petrópolis 1973-1977.

dura de Y. Congar (61) e da persistente atividade de P. Gauthier (62). Tal clima foi-se impondo através de gestos simbólicos de simplicidade, como de Paulo VI despojar-se da tiara e doá-la aos pobres ou de bispos que trocam seus palácios por casas simples, ou de congregações religiosas que se desfazem de edifícios gigantescos e luxuosos, buscando acomodações mais pobres. Multiplicam-se ao longo de toda Igreja nos diversos campos sinais de simplicidade, de maior proximidade com os pobres (63). É uma sensibilidade que favorecerá o passo seguinte de uma atitude crítica diante das causas sócio-estruturais da pobreza e não ficará simplesmente numa posição "populista".

Talvez o fato mais decisivo em nível de Igreja, para criar esse clima, onde a 3ª estrutura de discernimento se fará necessária, seja a perseguição sofrida por membros seus — bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos — por parte dos regimes repressivos até o derramamento do sangue. Prisão, sequestro, tortura, assassinato se tornaram possibilidades concretas no horizonte do cristão engajado. E alguns experimentaram-nos em seu corpo. E temos essa longa lista de mártires, que constituem o novo e fulgurante martirólogo da Igreja latino-americana. Tal situação colocou a Igreja numa atitude de discernimento. E isso se impunha de modo tanto mais agudo, que os regimes que a perseguiam, se diziam defensores da "civilização ocidental cristã". Em nome da fé, da defesa da pureza da ortodoxia católica, assim proclamavam a alto e bom som, alguns dos protagonistas desses regimes, eles agiam, perseguiam, torturavam, matavam membros da Igreja. Num dos processos mais clamorosos no Brasil, pareceu claro que no fundo as forças de segurança almejavam uma condenação religiosa, moral, eclesial daqueles religiosos que anunciavam um Evangelho com implicações no campo social (64). Naturalmente um catolicismo puramente religioso, individualista, restrito ao âmbito da sacristia, não encontrava nenhuma oposição. O problema punha-se no momento em que a fé incida sobre o projeto neo-capitalista selvagem de capitalização acelerada à custa de distorções sociais e humanas de enorme

(61) Y. Congar, *Igreja serva e pobre*, trad. port. Ed. Logos, Lisboa 1964; (ed. fr. Du Cerf Paris 1963).

(62) P. Gauthier, *Consolez mon peuple. Le Concile et l'Eglise des pauvres*, col. *L'Eglise aux cents visages* 13, Paris 1965; P. Gauthier, *Jésus, L'Eglise et les pauvres*, em: *Inf. Cathol. Intern.* 15/XII/1952, p. 26.

(63) J. Comblin, *La Iglesia latinoamericana desde el Vaticano II*, em: *Contacto* 15 (1978), n. 1, pp. 9-21.

(64) M. Moreira Alves, *A Igreja e a política no Brasil*, ed. Brasiliense, São Paulo, 1979.

gravidade (65).

Ora o compromisso crescente da Igreja com as classes populares fez com que ela sentisse e percebesse mais claramente essas conseqüências desumanas do sistema e se pusesse a denunciá-las. Nesse momento, cai implacável sobre ela o pesado braço da repressão. Assim o clima para esse novo tipo de discernimento se criara, se impusera inevitavelmente. Assim chegamos ao fato central desse novo momento de Igreja em discernimento: o fenômeno das comunidades eclesiais de base (66). Esse será o lugar privilegiado do discernimento.

O nosso interesse não é adentrar-se na complexidade e riqueza da realidade da CEB em nosso Continente. Estamos simplesmente indicando os elementos explicativos da terceira estrutura de discernimento estudada. De fato, as CEBs vão realizar as duas condições básicas para o discernimento. A vida no nível da fé e o engajamento com o processo de transformação da sociedade. Ela constitui-se precisamente de cristãos, que se reúnem em razão de sua fé — eclesial. Esses são provenientes das camadas populares, — base. E se unem por laços de compromisso de vida — comunidade. E toda essa realidade comunitária, eclesial não se fecha exclusivamente em torno de ritos religiosos, de culto. O momento da fé é o espaço em que se refletem os problemas diários da comunidade. E que problemas a assaltam? Pela análise dos relatórios elaborados pelas CEBs para os Encontros Intereclesiais, aparece clara a ligação de seus problemas com a implantação violenta e acelerada do capitalismo selvagem (67). Um dos relatórios diz expressamente que as 44 CEBs de Barreirinhas estão provavelmente condenadas à morte. Não têm condições sócio-econômicas e culturais para sobreviverem à "invasão da civilização capitalista que se impõe brutalmente e escraviza até a mulher — coitada — que, no fundo do mato, quebra um pouco de coco de babaçu para comprar algo com que se vestir... Em suma, a civilização capitalista, em operação suicida, invade este mundo e o faz desaparecer. As 44 CEBs mor-

(65) Ch. Antoine, *L'Eglise et le Pouvoir au Brésil*. Paris, DDB, 1971;

(66) A. Gregory, org., *Comunidades Eclesiais de Base, Utopia ou realidade*. Vozes, Petrópolis, 1973; A Gregory, *Pesquisa exploratória sobre CEB no Brasil*, em: *Missão da Igreja no Brasil*, ed. Loyola, São Paulo, 1973; Almir Ribeiro Guimarães, *Comunidades de Base no Brasil uma nova maneira de ser em Igreja*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1978: aí se encontra ampla bibliografia sobre o tema; F. Teixeira, *Comunidade eclesial de base: Elementos explicativos de sua gênese*. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio de Janeiro 1982.

(67) *Comunidades Eclesiais de Base. Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus*. Relatórios vindos das Bases, em: SEDOC 9 (1976/7), n. 96.

---

rerão com ele. A não ser que haja um milagre..." (68).

Essas CEBs serão alimentadas na fé e pela reflexão e meditação da Palavra de Deus da Escritura de um lado e doutro serão colocadas a cada momento em situações de sofrimento, de miséria, de perseguição, de exploração, que lhes exigirão clarividência, coragem, ação conseqüente sobre essa realidade. A terceira prática do discernimento vem precisamente responder a tais exigências da fé e da situação, buscando articulá-las em vista de uma compreensão da realidade de uma prática transformadora dela.

### Condições sociais

Esse despertar da Igreja latino-americana deixa-se explicar, além das condições intra-eclesiais descritas e da ação gratuita do Espírito garantida a ela por Cristo, pelas mudanças profundas que o Continente vem sofrendo nas últimas décadas.

Excele entre todos a virulenta implantação do capitalismo na sua forma tardia, dependente, periférica, associada (69). Isso significa que os interesses do povo, da nação são subordinados aos interesses do capitalismo central, que se situa fora de nosso Continente (70). Cada vez crescem as dependências. Essas, no nível econômico, se fazem sentir especialmente de três maneiras. Os bens de produção em nossos países cada vez mais são possuídos por grupos estrangeiros. Enormes superfícies de terra são compradas por eles, expulsando os nativos de suas terras. Aqueles que aqui nasceram, aqui vivem, aqui trabalham, de repente se vêem privados de suas terras, porque grupos estrangeiros as compraram e com o auxílio das forças policiais os expulsam. Somente a cegueira de um regime desse alto grau de opressão posterga os interesses mais fundamentais de sua gente diante da força econômica desses grupos internacionais. Além disso, a dependência acentua-se no nível da tecnologia. Essa é só vendida, quando as matrizes já desenvolveram uma superior, mantendo o atraso e a dependência dos países periféricos. Além do mais, chegam a obstaculizar empreendimentos de criação de tecnologia nacional até ou mesmo desarticulando-a com compras de suas patentes, a fim de impedir-lhe a produção. No campo da indústria farmacêutica, medicinais feitas com preparados de matéria-prima nacional são compradas por multi-

(68) Relatórios das CEBs de Barreirinhas, em: SEDOC 9 (1976/7) col. 534.

(69) M. Lenz, O Desenvolvimento brasileiro: características e implicações de um modelo, em: Evangelização no Brasil, hoje: Conteúdo e linguagem, VIII, Sem. de Reflexão teológica, ed. Loyola, SP, 1976, pp. 15-45.

(70) Conclusões de Puebla, n. 47.

---

nacionais, a fim de sustar sua produção e introduzir a de seus fabricantes. E em um terceiro ponto, o de maior estrangulamento econômico, torna-se ameaçadora a dependência quanto aos empréstimos, financiamentos, a tal ponto que sempre se fazem novos empréstimos, não mais para pagar a dívida, mas simplesmente os juros da dívida. E daqui a pouco, se fazem novos empréstimos, para pagar os juros dos juros da dívida, entrando numa roda de infinita dependência (71).

Depois de 15 anos de implantação desse sistema neo-capitalista nessa forma mais selvagem de dependência e de exploração, as próprias autoridades reconhecem quase escandalizadas a existência de enormes camadas da população vivendo numa situação de "fome absoluta" de um lado e da gigantesca brecha entre ricos e pobres. Tudo isso fruto lúdim do sistema. Naturalmente a Igreja, com sua ampla infra-estrutura, presente em todos os rincões do país, não pôde não perceber a gravidade da situação (72). Em todos os campos, ela entra em conflito com o Estado, na medida em que procurava defender os direitos fundamentais do posseiro, do pequeno proprietário, a possuir seu pequeno pedaço de terra diante dos grandes proprietários, pessoas ou grupos, que os iam expulsando. O problema da terra tornou-se, sem dúvida, um dos mais agudos e que mais tocou a Igreja, devido a sua presença precisamente nessas áreas de conflito (73). E essas se estendiam cada dia mais. Pipocavam por todas as partes casos de injustiça, de violência, sobretudo por parte da repressão, dos pro-

- (71) F. Henrique Cardoso, Notas sobre o Estado atual dos estudos sobre dependência, em: América Latina. Ensaios de interpretação econômica, coord. J. Serra, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976, pp. 364-393; Theotonio dos Santos, La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en A. Latina, em: La dependencia político-económica de A. Latina, Siglo XXI, México, 1970; F. H. Cardoso, Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência? em: Estudos 1, CEBRAP, São Paulo, 1979.
- (72) Estudos da CNBB, Subsídios para uma política social, n. 24, Ed. Paulinas, São Paulo, 1979.
- (73) No texto que os bispos aprovaram em Puebla, antes, pois, do remanejamento da Secretaria Geral do CELAM, estava a primeira entre as raízes profundas da situação descrita de opressão, de marginalização das maiorias do Continente, a "falta de reformas estruturais na agricultura" (N. 32, do texto provisório); CNBB, Igreja e problemas da terra, Ed. Paulinas, São Paulo 1980.
- (74) Ver: Tempo e Presença, publicação mensal do CEDI, Rio, ou na sua forma antiga: CEI, onde cada mês lemos um quadro de acontecimentos constrangedor quanto à violação dos direitos humanos ao longo do país e Continente.

---

prietários, contra os camponeses (74). A tal ponto chegou a gravidade de tal problema, que a Igreja criou uma pastoral especial através da CPT — Comissão Pastoral da Terra para tratar dessas questões (75). Nem as reservas indígenas foram poupadas diante dessa ganância galopante. E aí será a vez do CIMI — Conselho Indigenista Missionário — de assumir a defesa dos direitos dos índios (76). Nos últimos anos, serão esses dois órgãos ligados à CNBB, que terão mais atritos com as forças capitalistas do campo e com os agentes de repressão do Sistema. Não faltarão prisões, sequestros e assassinatos de sacerdotes e agentes de pastoral ligados a esses setores da pastoral. Os bispos dessas regiões serão envolvidos em processo, em prisões domiciliares, sofrendo inúmeras arbitrariedades, com contínua ameaça de serem expulsos do país, no caso dos estrangeiros. O que aconteceu com sacerdotes.

Na cidade, a deterioração da condição de vida das classes populares vai aparecer, seja na contínua perda do poder aquisitivo ou no “arrocho salarial”, seja pelo problema habitacional. No campo, trata-se da perda de sua terra, da expulsão para a cidade. Nas cidades, vamos assistir aos despejos, aos desalojamentos dos pobres, a medida que seus lugares de moradia começavam a ser ambicionados pela especulação imobiliária. A cidade vai-se expandindo e expulsando os pobres cada vez para mais longe. Quanto ao primeiro problema, a Igreja se empenhará na luta contra a alta do custo de vida acompanhado de salários reais cada vez mais baixos. Por outro lado os segmentos privilegiados da sociedade disparam, subindo a tetos altíssimos em escandalosa disparidade com os das classes populares. No terreno habitacional, as lutas não são menos conflitivas. Enfim, os desastrosos efeitos sociais do modelo econômico atingiam todos os cantos do país, e em qualquer lugar em que a Igreja estivesse presente, ela defrontava-se com tais problemas. Somente extremas cegueira e alienação não os percebem. Isto continuará acontecendo em alguns setores dela. Entretanto, outros sentirão o desafio de tais condições econômicas.

No campo da política, pouco a pouco implantam-se regimes autoritários, à beira do totalitarismo, repressivos, inspirados na Ideologia da Segurança Nacional. Esta vinha sendo elaborada nas Escolas Superiores de Guerra dos Estados Unidos e de países satélites, desde

(75) Já há 5 anos que se publica o Boletim da Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, ligado à linha 2 da CNBB.

(76) Y — Juca — Pirama, O Índio: aquele que deve morrer. Documento de Urgência de Bispos e Missionários, de 25 de dezembro de 1973.

---

a segunda metade da década de 40. Em 60, já alcança certa maturidade e pode servir de suporte ideológico dessa nova fase do neo-capitalismo periférico, tardio, dependente e associado. Ela vai justificar a criação de órgãos repressivos, constituídos pelas três Armas Militares e pela Polícia.

Esse condicionamento político vai ser decisivo para colocar a Igreja diante de graves situações. Já não se tratava mais de discernir sobre questões meramente religiosas, mas de suas repercussões no campo político, de tomadas de posição diante de fatos políticos nacionais, onde os direitos fundamentais do homem estavam em questão (77). Sem mediações sócio-políticas, a Igreja não conseguia situar-se face a tais sistemas.

Além do mais, vai caracterizar a política desses regimes, o cerceamento sistemático de toda atividade partidária livre e de oposição crítica. Essa tem um limite extremamente rígido, de modo que qualquer ultrapassagem julgada indevida pelo Sistema era punida com a eliminação do político por ato arbitrário, sem possibilidade de apelação. Se às classes liberais foi imposto tal cerco intelectual, crítico, não houve nem comparação a respeito das organizações populares. Estas sofriam a mais rigorosa intervenção dos poderes controladores do Sistema. Seus aparelhos de informação e repressão ficavam sempre atentos a qualquer movimentação ou organização popular, para intervir logo a fim de bloqueá-la. A Igreja, por razões de sua extensão e grandeza mundial, gozou de certa autonomia, apesar de contínuas incursões dessas forças da segurança no seu seio.

No campo da cultura, o Sistema se prolongava através da censura, do cerceamento da liberdade de opinião, de imprensa, de publicação, de divulgação de notícias, de livros. Enquanto isso, processava-se violenta importação de uma cultura americanizada, satisfazendo a interesses econômicos bem definidos. Introduz-se violento corte na cultura popular, que se iniciara pujante nas décadas de 50 com frutos mais maduros nos anos 60 (78). Criam-se centros de cultura popular pelo país a fora (79). A esse brote nacional, veio o corte rígido dos interesses dominantes.

(77) Como dois exemplos, podemos citar: Pedro Casaldáliga, *Creio na Justiça e na Esperança*, Ed. Civilização Brasileira, trad. bras., Rio de Janeiro, 2 (1978); D. Paulo Evaristo Arns, *Em defesa dos Direitos Humanos. Encontro com o Repórter*, Ed. Brasília/Rio, Rio de Janeiro, 1978.

(78) Paulo Pontes — Chico Buarque, *Gota d'água*, Civilização Brasileira, Rio, 1975, pp. XV-XVII.

(79) Aída Bezerra, *As atividades em Educação Popular*, em *Cei Suplemento n. 22* (2978, out), pp. 2-22.

---

Naturalmente, seria falso pensar que o grande condicionamento explicativo dessa virada da Igreja para uma preocupação sempre maior com as mediações sócio-analíticas nos seus juízos e nas suas práticas pastorais, tenha sido consequência desse regime de arbítrio, de perseguição, de capitalismo selvagem. O negativo não constrói. Ele é a face escura de toda uma situação de riqueza humana, popular.

Se a Igreja se volta para as camadas populares, significa que elas se fazem sentir também. Cresce no Continente o interesse por elas da parte de setores da juventude e de intelectuais, sensíveis à problemática social. Mas sobretudo são as próprias classes populares, que apesar da repressão continuam seu processo de organização, de expressão (80). Nem tudo é percebido facilmente. Bastou nos últimos anos abrir-se pequena fresta no Sistema, e vemos brotar por todos os lados grupos populares conscientes, organizados. Isso não se faz por geração espontânea. Significa que nesses longos anos de obscuridade, estava viva a luz da consciência dessas classes e suas práticas possíveis. Sem esses movimentos populares, crescendo no subsolo da perseguição policial, encontrando expressões consentâneas ao momento político, não se explica todo esse momento eclesial de atenção e compromissos com as classes populares, sobretudo na forma de comunidades eclesiais de base.

### Conclusão

O homem de ontem como o de hoje faz a experiência profunda de sua transcendência. Se foi e é criado por um Deus que o chamou a uma comunhão de vida já nessa terra e em plenitude além da morte, não pode deixar de experimentar, dentro do horizonte categorial de sua existência terrena, geo-historicamente marcada por limites bem definidos, a força virgem dessa vocação transcendente (81).

Como doutro lado, esse dinamismo orientado para Deus, essa dimensão fundamental e ontológica, esse existencial sobrenatural se faz história, concreto, real nas mediações pequenas da vida diária. Daí essa necessidade de buscar encontrar a articulação correta das mediações com esse chamado de Deus, com essa vocação transcendente, revelada por Deus nas Escrituras. Tentamos nesse trabalho perseguir essa caminhada do homem através da prática do discernimento.

Procuramos então mostrar como existem atualmente cristãos

(80) Gustavo Gutiérrez, *La Fuerza histórica de los pobres*, em: *Signos de lucha y Esperanza. Testimonios de la Iglesia en A. Latina, 1973-1978*, CEP, Lima, 1978, pp. XV-XLII.

(81) L. Boff, *Vida para além da morte*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1973.

---

que praticam esse discernimento de modos diferentes. Reduzimos essas práticas a três estruturas. Cada uma delas revela uma antropologia e teologia subjacentes. A nossa análise tentou precisamente desvelá-las, buscando uma compreensão das três estruturas.

Estas, por sua vez, não se encontram soltas no espaço da Igreja. Existem condições eclesiais que as explicam. E por outro lado, essas próprias condições eclesiais têm sua explicação em dados relativos às esferas econômica, política e cultural. Assim situadas, as três estruturas puderam ser explicadas e sua compreensão ganhou maior consistência.

Naturalmente interessou-nos mais a terceira estrutura, que apesar de ser estatisticamente menos expressiva, é mais significativa na sua qualidade e originalidade. Através dela, os cristãos engajados procuram articular a fé e os dados da realidade social, lidos através de mediações sócio-analíticas. Toda espiritualidade do homem engajado deverá, sem dúvida, passar por essa prática. Será um esforço contínuo de articular corretamente a fé e sua prática pastoral libertadora, a fim de que nem caia num dualismo artificial nem num reducionismo debilitante. No primeiro caso, a fé pairará à margem de seu compromisso, como uma super-estrutura inútil, ineficaz, sem significância. Mais cedo, mais tarde, terminará por abandoná-la por não saber o que fazer com ela. Sem ela ou com ela, a sua prática será exatamente a mesma, já que esta se deixa reger somente pelas mediações sócio-analíticas. Uma fé que não interfira nem na escolha, nem na crítica dessas mediações, e portanto não se articule com elas, acabará por esvair-se e esvaziar-se. No outro caso, a redução da fé à mediação sócio-analítica terá o mesmo fim. Teremos uma fé secular, sem transcendência, própria das ideologias absolutizantes, fascistas.

Cada vez mais, os nossos agentes de pastoral, encontrar-se-ão com tais problemas. Eles não dizem diretamente respeito às camadas populares. Essas conservaram uma unidade pré-cartesiana que lhes garante a tranqüilidade nas suas práticas. Os agentes, porém, que passaram pela revolução cultural iluminista somente através de correta articulação entre fé e mediações sócio-analíticas, conseguirão viver conseqüentemente sua fé. Espreita-os um secularismo radical, ou uma esquizofrenia religiosa. Ambos de efeitos desastrosos.

O objetivo dessas reflexões consistiu em situar em horizonte mais amplo a prática de cristãos na busca do Projeto de Deus sobre suas vidas. Outros virão. Farão novos caminhos, pois, "caminhando se faz caminho". Cada caminhante acumula suas experiências que pode comunicar a seus companheiros de viagem. Este trabalho pretendeu condensar alguns dados dessas experiências. São marcos para

---

que outros avancem. E assim se constrói a longa caminhada de nossa Igreja, sinal desse imenso Reino de Deus presente em todas as partes e em contínua construção.